



Anais da Assembléia

Nº08

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 22 DE FEVEREIRO DE 1995

ANO XXI

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY
Presidente - PTB

LUIZ CARLOS ZUK
1º Vice-Presidente - PDT

NEIVO BERALDIN
2º Vice-Presidente - PP

LUIZ CARLOS MARTINS
1º Secretário - PDT

NELSON GARCIA
2º - Secretário - PFL

EDGARD BUENO
3º Secretário - PSDB

JOÃO TECHI
4º Secretário - PPR

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Governo	Deputado ALGACI TÚLIO
PDT	Deputado VALDIR LUIZ ROSSONI
PMDB	Deputado CAÍTO QUINTANA
PFL	Deputado ÉLIO RUSCH
PT	Deputado ÂNGELO VANHONI
PP	Deputado SÉRGIO SPADA
PPR	Deputado CÉSAR SELEME
PSC	Deputado JOSELITO CANTO
PTB	Deputado NELSON JUSTUS
PSDB	Deputado CESAR SILVESTRI

Representação Partidária

PMDB - 12: Orlando Pessuti - José D. Mattos do Amaral - Cleiton Kielse - Nereu A. de Moura - Renato G. Ardur - Ricardo Chab - Caíto Quintana - José Maria Ferreira - Celso Samis da Silva - Toti Colaço - José Tavares S. Neto - Luiz Cláudio Romanelli; PP - 10: Albanor J. F. Gomes - Dullio Genari - Irondi Pugliesi - Geraldo Cartário Ribeiro - Antonio Anibelli - Sérgio Spada - Augustinho Zucchi - Joel G. Coimbra - Neivo Beraldin - Edson Silva Lino; PDT - 09: Algaci Túlio - Antonio Belinatti - Luiz Carlos Martins - Luiz Carlos Zuk - Luiz R. Accorsi Motta - Edno Guimarães - Valdir Rossoni - Milton J. Pupio - Nelson Turek; PTB - 06: Luiz Carlos Alborghetti - Marcos Alves - Aníbal Khury - Nelson Justus - Eduardo Trevisan - Hermas Brandão; PFL - 06: Carlos Simões - Nelson Garcia - Reny Borsato - Élio Lino Rusch - Plauto Miró Guimarães - Basílio Zanusso; PT - 05: Emerson Nerone - Irineu Mário Colombo - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha) - Péricles H. Mello - Ângelo Vanhoni; PSDB - 03: Edgar Bueno - Beto Richa - César Silvestri; PPR - 02: João T. Filho - César A. Seleme; PSC - 01: Joselito Canto.

1.^a **SESSÃO LEGISLATIVA DA 13.^a LEGISLATURA**
ATA DA 3.^a SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 22 DE FEVEREIRO DE 1995
(QUARTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Neivo Beraldin, secretariada pelos Senhores Deputados Nelson Garcia e Luiz Carlos Alborghetti.

A hora regimental, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Edgard Bueno, Techy Filho, Albanor Gomes, Algaci Túlio, Ângelo Vanhoni, Antônio Belinati, Antônio Annibelli, Augustinho Zucchi, Basílio Zanusso, Cesar Seleme, Cesar Silvestri, Cleiton Kielse, Duílio Genari, Durval Amaral, Edno Guimarães, Edson Lino, Eduardo Trevisan, Elío Rusch, Emerson Nerone, Florisvaldo Fier, Geraldo Cartário, Irineu Colombo, Joel Coimbra, José Marcos Alves, José Maria Ferreira, José Tavares, Joselito Canto, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Claudio Romanelli, Nelson Justus, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Péricles Mello, Renato Adur, Reni Borsatto, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Sérgio Spada, Toti Colago, Valdir Rossoni e Walmor Trentini (48). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Beto Richa, Caíto Quintana, Carlos Simões, Irondi Pugliesi, Milton Puppio e Plauto Miró Guimarães (06).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 151

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o Douto Plenário, seja retirado da Ordem do Dia, por 10 (dez) sessões, o Projeto de Lei nº 143/92, de autoria do ex-Deputado Rafael Greca de Macedo, que autoriza o Poder Executivo a celebrar convênios com o Município de Curitiba e municípios que integram a Região Metropolitana de Curitiba e a Bacia Hidrográfica do Rio

Iguaçu, para exploração dos serviços públicos de abastecimento de água potável, de implantação de esgotos sanitários e promoção de saneamento básico.

Sala das Sessões, em 22.02.95

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO Nº 162

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o Douto Plenário, votação em bloco para as proposições constantes dos itens 02 e 03 da Ordem do Dia da presente sessão.

Sala das Sessões, em 22.02.95

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO Nº 166

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a criação de uma Comissão Especial do Mercosul para apreciar as influências e perspectivas do Mercado Comum do Sul no Estado do Paraná. A Comissão será composta por sete membros e terá a duração de um ano, a partir da data de sua criação.

Os objetivos desta Comissão são, basicamente, os seguintes:

1 - Aprofundar o debate sobre a importância do Mercosul;

2 - Analisar os aspectos sócio-econômicos do impacto do Mercosul no Paraná, em especial na agricultura;

3 - Elaborar propostas para promover a integração entre os povos dos países signatários do Mercosul.

4 - Acompanhar e debater os planos de ação do Governo do Paraná para o Mercosul.

Sala das Sessões, em 22.02.95

(a) IRINEU COLOMBO

JUSTIFICATIVA:

O Mercado Comum do Sul, criado pelo Tratado de Assunção, envolve o Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai, e começou a vigorar a partir de 1º de janeiro de 1995.

Uma das primeiras medidas adotadas no Mercosul foi a extinção das tarifas alfandegárias, outra medida prevê a constituição de uma união alfandegária, o que envolverá o estabelecimento de uma tarifa externa comum (TEC).

Devido a complexidade técnica e jurídica, bem como, aos aspectos sociais e políticos que envolvem o Mercosul foi criada a Comissão Interparlamentar, com caráter de um órgão consultivo no organograma do Mercado Comum do Sul.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná por entender a importância do Mercosul, já criou na última legislatura uma Comissão Temporária para tratar do Mercado Comum do Sul.

Ciente que o Paraná não pode ficar à

margem das discussões do Mercosul e que o Poder Legislativo não pode se omitir do debate político sobre a integração dos povos, peço o apoio dos Srs. Deputados, aprovando este requerimento.

REQUERIMENTO N° 152

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER à Douta Mesa da Assembleia, a inserção na Ata dos trabalhos da presente Sessão, de "Votos de Profundo Pesar" pelo falecimento, em data de ontem, nesta Capital, do Senhor Cel. Nelson Romero Stadler de Souza, oficial superior da Reserva da Polícia Militar do Estado, onde ocupou as mais destacadas funções e deixou uma folha brilhante e exemplar. Membro de destacada e tradicional família da Cidade de Palmeiras, o extinto deixa uma lacuna no seio de nossa sociedade. Era o mesmo casado com D. Ieda Stadler de Souza e pai das Professoras Emeida, Luziada e Iliada e irmão do Cel. Mario Stadler de Souza e do jornalista Clovis Stadler de Souza.

Requer, ainda, uma vez aprovada a presente proposição, que da mesma seja dado conhecimento à família enlutada.

Sala das Sessões, em 22.02.95

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N° 158

Senhor Presidente.

O Deputado, que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, um voto de profundo pesar, pelo falecimento da Senhora Aparecida Nogueira Antunes, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Pessoa de muitas amizades, que com o seu passamento deixou amigos e parentes enlutados.

Requer, ainda, que a decisão desta Casa, seja dado ciência à família enlutada, à rua Haiti, 473 - Vila Vilela na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 22.02.95

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 164

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário a inserção em Ata de Votos de Congratulações na pessoa do Exmo. Sr. Olisses Bacil, Prefeito do Município de São João do Triunfo, pelas festividades comemorativas dos 105 anos de Emancipação Política do Município, no dia 19 de fevereiro do corrente.

Desta decisão, requeiro ainda, seja dada ciência à Prefeitura de São João do Triunfo.

Sala das Sessões, em 22.02.95

(a) CESAR SELEME

JUSTIFICATIVA:

Esta proposição visa fazer justa homenagem às festividades de comemoração dos 105 anos de emancipação política do Município de São João do Triunfo, cujas festas foram organizadas pela Prefeitura local com total apoio das Instituições e população.

Está de parabéns o Prefeito, estão de parabéns os clubes de serviços, enfim a Administração Municipal.

REQUERIMENTO N° 153

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário desta Casa, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Governador do Estado, solicitando a prorrogação do prazo fixado no parágrafo único do Artigo 1° da Lei n° 10.509, de 27 de outubro de 1993.

Sala das Sessões, em 22.02.95

(a) PÉRICLES MELLO

JUSTIFICATIVA:

Em 27 de dezembro de 1991, entrou em vigor a Lei n° 9.887, que "Cria a carreira do Magistério Público do Ensino Superior do Estado e adota outras providências".

Em 27 de outubro de 1993 entrou em vigor a Lei n° 10.509, que "Dispõe que o pessoal docente das Autarquias de Ensino Superior, fica subordinado aos dispositivos da Lei n° 9.887/91 e adota outras providências".

Esta lei, em seu art. 1°, parágrafo único, determina que "as alterações que se fizerem necessárias para a adequada aplicabilidade do disposto neste artigo, deverão ser encaminhadas ao Chefe do Poder Executivo em até 180 (cento e oitenta) dias, neste mesmo período, os atuais dispositivos de desenvolvimento dos docentes nas carreiras das Instituições de Ensino Superior".

Em 6 de junho de 1994, pela Lei n° 10.828 o prazo citado foi prorrogado até 30 de novembro de 1994, que atualmente encontra-se vencido.

Esta situação está cerceando o direito de centenas de professores das Instituições de Ensino Superior do Paraná que não podem ascender na carreira, gerando uma situação de injustiça que precisa ser solucionada com urgência. Ciente de que, as alterações na regulamentação da carreira do magistério do ensino superior do Paraná exige profundas reflexões por parte do Executivo e a participação da comunidade acadêmica, o que demandará um certo período de tempo, necessária se faz a prorrogação do prazo de vigência da Lei n° 10.509/93 até a sua regulamentação final, para que a ascensão funcional dos docentes

não seja prejudicada.

REQUERIMENTO N° 154

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER envio de expediente ao Senhor Secretário de Estado do Meio Ambiente - Doutor Hitoschi Nakamura, no sentido de solicitar melhores condições de trabalho ao Escritório Regional do IAP - Instituto Ambiental do Paraná, em Maringá, que precisa ser adequado ao desempenho de suas atividades na região, que engloba 29 municípios.

A fim de que tais objetivos possam ser atingidos, é imprescindível destinar àquele órgão, de imediato, 03 técnicos de nível superior e 03 técnicos de nível médio, em função de que nos últimos meses o Escritório Regional perdeu técnicos altamente capacitados, ficando reduzido apenas a 01 engenheiro agrônomo e 01 técnico agro-pecuário.

A precariedade observada nas suas instalações, exige a tomada de medida para a implantação do IAP em novo prédio, adequado as suas reais necessidades.

Ainda, para o bom desenvolvimento de suas tarefas, precisa contar com suficientes recursos materiais para o atendimento aos 29 municípios que gerencia, principalmente, destinando-se maior número de viaturas, pois conta com apenas um veículo VW/Gol/89, em serviço.

O requerimento em apreço se ajusta plenamente aos dispositivos regimentais, e visa beneficiar uma grande comunidade paranaense, razão pela qual há de ter aprovação unânime dos nobres Representantes do povo.

Sala das Sessões, em 22.02.95.

(a) JOEL COIMBRA

REQUERIMENTO N° 155

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado ao Departamento Nacional de Estradas de Rodagem - DNER., o mais veemente APELO no sentido de que, com a máxima urgência, determine a recuperação das Rodovias BR-277 - trecho entre os Municípios de Curitiba e São Luiz do Purunã, e BR-376 - trecho que liga São Luiz do Purunã a Maringá.

Sala das Sessões, em 22.02.95.

(a) JOEL COIMBRA

JUSTIFICATIVA:

A BR-277 e BR-376, rodovias de vital importância para o Estado, pelas características estratégicas e econômicas de suas localizações, como artérias principais de ligação, entre Noroeste, Norte e Sul do

Paraná, têm sido castigadas constantemente, não apenas pelo tráfego intenso que suportam, como pelas chuvas que vêm assolando a região.

Muitos são os fatores que contribuem para o Estado lamentável dessas rodovias:

- A péssima condição do sistema de drenagem superior (canaletas);

- A falta de maior área de escape (acostamento) e refúgios;

- A sinalização vertical e horizontal é precária, principalmente pela incidência de neblina em trechos de alto risco, levando os motoristas a um desgaste, físico e mental, dos mais fortes, comprometendo os conceitos de segurança, aumentando consideravelmente a possibilidade de acidentes.

Desnecessário acrescer a presente propositura de argumentos, uma vez que, temos certeza, o próprio DNER., conhece a situação das rodovias BR-277 e BR-376, nos trechos indicados, quanto a segurança de seus usuários.

REQUERIMENTO N° 159

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER o envio de expediente ao Exmo. Senhor JAIME LERNER - Governador do Estado, solicitando a conclusão da Estrada PR-323 (Campo Mourão à Cruzeiro do Oeste), denominada como Estrada Boiadeira.

Requer, que, da decisão do soberano Plenário, seja dado conhecimento ao Exmo. Sr. Ministro de Estado dos Transportes e ao Exmo. Senhor Secretário de Estado dos Transportes, da presente solicitação.

Sala das Sessões, em 22.02.95.

(a) NELSON TURECK

JUSTIFICATIVA:

Campo Mourão, sede de 24 municípios que compõem a COMCAM - Comunidade dos Municípios de Campo Mourão e da maior Cooperativa Agropecuária da América Latina, luta há décadas para pavimentação da Estrada Boiadeira, aberta nos idos dos anos 20 pelos desbravadores da Região de Campo Mourão, como forma de transporte de gado até o Mato Grosso.

No início do ano de 1986, durante o Governo José Richa, teve início a pavimentação da Estrada, que foi paralisada em 1989, durante o Governo Álvaro Dias.

A extensão da Estrada é de 74,0 Km, dos quais 20,4 Km já foi pavimentada, faltando somente 53,6 Km a pavimentar. A Terraplenagem já foi parcialmente executada, faltando somente à retomada das obras.

Campo Mourão, como todos sabem será integrada ao Anel de Integração do Estado, sendo de fundamental importância a conclusão dessa importante obra visando o fortalecimento da região.

lecimento da Região de Campo Mourão.

REQUERIMENTO N° 160

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso e suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor JAIME LERNER - Governador do Estado, solicitando a pavimentação da Estrada PR-553 (Luiziana à Mamborê).

Requer, que, da decisão do soberano Plenário, seja dado conhecimento ao Exmo. Sr. Ministro de Estado dos Transportes e ao Exmo. Senhor Secretário de Estado dos Transportes, da presente solicitação.

Sala das Sessões, em 22.02.95.

(a) NELSON TURECK

JUSTIFICATIVA:

Visa ao presente requerimento atender justa reivindicação das comunidades dos Municípios de Luiziana e Mamborê, que desejam a pavimentação da aludida Estrada, como forma de fortalecer a Agricultura, Comércio e Indústria local.

A extensão da referida estrada é de 36.0 Km, sendo a mesma de grande importância para o desenvolvimento da Região.

Assim sendo, esse Parlamentar espera que Exmo. Sr. Governador do Estado, venha atender essa justa reivindicação das comunidades de Luiziana e Mamborê.

REQUERIMENTO N° 161

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Miguel Salomão - Secretário de Estado da Fazenda, solicitando a viabilidade de estudos para reativação da Delegacia Regional da Receita Estadual no Município de Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 22.02.95.

(a) NELSON TURECK

JUSTIFICATIVA:

Campo Mourão, sede de 24 municípios que compõem a COMCAM - Comunidade dos Municípios de Campo Mourão e da maior Cooperativa Agropecuária da América Latina, por incrível que pareça não possui uma Delegacia Regional da Receita Estadual.

A mesma foi desativada em 1993, por ordem do então Governador do Estado, como forma de retaliação política à Região.

Além do exposto, Campo Mourão integrará o Anel de integração do Paraná, que visa priorizar, o objetivo precípuo das ações do Governo, cuja abordagem não mais se dará de forma setorializada, mas, sim tendo em vista a sinergia que somente as propostas integradas são capazes de fazer surgir.

Por isso, a falta de uma Regional pre-

judica em muito à agricultura, comércio e indústria, pois os mesmos têm que se locomover até Umuarama para resolver seus problemas frente à Delegacia Regional da Receita Estadual.

Além disso, Campo Mourão possui toda infra-estrutura para sediar a Delegacia Regional da Receita Estadual.

Assim sendo, esperamos que o Secretário de Estado da Fazenda venha acolher a justa reivindicação daquela Região, como forma de fortalecimento dos Municípios da COMCAM.

REQUERIMENTO N° 163

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o Douto Plenário, seja encaminhado expediente oficial do Poder Legislativo ao Departamento Estadual de Estradas de Rodagem - DER, solicitando a realização de obras de reparos - em caráter emergencial - ao longo da Estrada Mato Grosso, incluindo pontes e bueiros, bem como quedas da barreira na localidade de Ferraria, município de Campo Largo, em virtude das recentes chuvas que assolaram toda a região.

Que do teor do presente, dê-se ciência ao Senhor Prefeito Municipal de Campo Largo e aos Senhores Vereadores daquela municipalidade.

Sala das Sessões, em 22.02.95.

(a) ALGACI TÚLIO

CAMPO LARGO

CHUVAS CAUSAM PREJUÍZOS DE MAIS DE 500 MIL REAIS

A Prefeitura de Campo Largo está contabilizando prejuízos superiores a 500 mil reais, causados pelas fortes chuvas das últimas semanas.

Foram destruídas 21 pontes e comprometidas as estruturas de dezenas de outras, além de pontilhões e bueiros.

Várias escolas foram atingidas.

A situação mais crítica é a da Escola Padre Natal Pigatto, na Ferraria, cuja ala antiga, de madeira terá que ser demolida para em seu lugar ser construída uma nova estrutura, além da substituição de todo o piso de três salas do prédio principal.

Estradas - Os danos maiores, causados pelas chuvas, foram verificados no setor viário. Todas as estradas do município foram atingidas, umas em maior e outras em menor intensidade, totalizando mais de 400 quilômetros.

A Estrada do Bolinete, que ficou interditada por quase uma semana, já está sendo recuperada por uma equipe da Secre-

taria de Obras, e os moradores da região já voltaram a ter acesso normal, às suas residências.

As obras, entretanto, vão continuar, porque mais de oito quilômetros precisam ser recuperados. A estrada está praticamente sendo reconstruída.

No interior as regiões mais atingidas foram Três Córregos e São Silvestre, no Norte do Município com a destruição de oito pontes de madeira, com extensão total aproximada de 50 metros, além de 15 bueiros de vários diâmetros e mais de 100 quilômetros de estradas.

Na região do varzedo, a destruição de uma ponte e a queda de barreiras num trecho de aproximadamente 400 metros, deixaram várias famílias isoladas por cerca de dez dias.

Uma equipe da Secretaria de Obras está tralhando no local e já restabeleceu o tráfego na estrada em caráter precário, enquanto o trabalho de recuperação continua a ser realizado e pode demorar ainda mais 15 dias, caso as condições meteorológicas permitam.

"Nós estamos fazendo o possível para restabelecer o tráfego em todas as estradas, o mais rapidamente possível. Em alguns casos, esse tráfego será precário, porque o Município vai levar pelo menos oito meses até conseguir reparar todos os estragos causados pelas chuvas", disse o Prefeito Emídio Pianaro Júnior.

O Prefeito tem mantido contatos diários, com o Governo do Estado, através da Secretaria de Transportes, Departamento de Estradas de Rodagem (DER), FUNDEPAR e COMEC, informando a situação específica de cada área e solicitando recursos para o trabalho de recuperação dos danos.

"Se nós recebermos a ajuda que precisamos, do Governo do Estado, teremos condições de realizar as obras mais rapidamente.

Caso contrário vamos levar pelo menos oito meses até tudo voltar à normalidade. Isso se não chover mais, com tanta intensidade, durante o mês de fevereiro e os prejuízos não aumentarem". Disses Emídio.

Na última terça-feira, numa reunião da Associação dos Municípios do Vale do Ribeira - Amuvari, com a presença de representantes do Governo do Estado, o Prefeito de Campo Largo, fez um balanço da situação do Município, após esse período de chuvas. Como os demais prefeitos presentes à reunião, Emídio Pianaro Júnior, solicitou aos órgãos ao Governo, apoio para as obras de recuperação, e ficou satisfeito com o interesse, por parte dos representantes do Governo com a situação de cada município.

O Prefeito destacou, ainda, a compreensão dos moradores das regiões mais atingidas, principalmente no interior, onde

muitos procuraram solucionar os problemas mais simples, nas proximidades de suas casas, como recuperação de pontilhões e desobstrução de bueiros.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO
Ofício 057/95

Campo Largo, 07 de fevereiro de 1995.
Senhor Diretor.

Vimos através do presente, solicitar de Vossa Senhoria, os bons préstimos no sentido de possibilitar liberação de recursos financeiros destinados a reconstrução da ponte do Rio Timbotuva, que liga Campo Largo a Araucária, a qual é conhecida como Estrada do Rio Verde, face os danos causados pelas recentes chuvas, que destruíram as benfeitorias existentes.

Na certeza do pronto atendimento a esta reivindicação, aproveitamos a oportunidade para apresentar a Vossa Senhoria protestos de consideração e distinguido apreço.

Atenciosamente
(a) EMÍDIO PIANARO JUNIOR
Prefeito Municipal

Ilmo.Sr.
GILBERTO LOYOLA
Diretor de Apoio Rodoviário aos
Municípios do D.E.R.
CURITIBA - PR

REQUERIMENTO Nº 165
Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Miguel Salomão - Secretário de Estado da Fazenda, solicitando a viabilidade de estudos para reativação da Regional do Banco do Estado do Paraná S.A. - BANESTADO no Município de Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 22.02.95.

(a) NELSON TURECK

JUSTIFICATIVA:

Campo Mourão, sede de 24 municípios que compõem a COMCAM - Comunidade dos Municípios de Campo Mourão e da maior Cooperativa Agropecuária da América Latina, por incrível que pareça não possui uma regional do BANESTADO. A mesma foi desativada em 1993, por ordem do então Governador do Estado, como forma de retaliação política à Região.

Além do exposto, Campo Mourão integrará o Anel de integração do Paraná, uma das prioridades do Governo Jaime Lerner, como forma de priorizar as ações do Governo, cuja abordagem não mais se dará setorializada.

Por isso, a falta de uma Regional

BANESTADO prejudica em muito à agricultura, comércio e indústria, pois os mesmos têm que se locomover até Umuarama para buscar autorização de empréstimos financeiros.

Assim sendo, esperamos que o Diretor Presidente do BANESTADO, venha acolher a justa reivindicação daquela Região, na qual represento nesta Casa, como forma de fortalecimento dos Municípios da COMCAM.

REQUERIMENTO N° 167

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, requer o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Carlos Afonso Teixeira de Freitas, superintendente da SANEPAR, para que determine programa de saneamento no Jardim Ipê, Município de São José dos Pinhais.

Sala das Sessões, em 22.02.95.

(a) CESAR SELEME

JUSTIFICATIVA:

Este bairro Jardim Ipê, foi um dos bairros mais atingidos pelas últimas enchentes, é totalmente desprovido de saneamento básico, a cada chuva o drama dos moradores aumenta, bem como os prejuízos da própria municipalidade.

Frente ao exposto, entendo que providências urgentes devem ser tomadas.

REQUERIMENTO N° 168

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER envio de expediente ao Exmo. Sr. Armando Raggio Secretário Estadual de Saúde, no sentido de determinar estudos para que conste na farmácia básica anti-convulsivantes de uso contínuo.

Sala das Sessões, em 22.02.95

(a) CESAR SELEME

JUSTIFICATIVA:

O número de pessoas carentes que faz uso de anti-convulsivantes é imenso, são portadores de deficiência mental, epiléticos e outros distúrbios mentais. Essa medicação é extremamente necessária, haja vista os usuários sofrerem constantemente convulsões na sua maioria seria por falta de medicação.

Muitas Instituições, como Apae's e outras acabam arcando com a compra desse tipo de medicamentos para a clientela atendida; em nosso gabinete são no mínimo duas ou mais solicitações diárias, sendo que não podemos atender a todos.

Frente ao exposto entendemos que esta parcela da população carente necessita urgente atenção da saúde.

REQUERIMENTO N° 169

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, REQUER envio de Expediente ao Excelentíssimo Sr. Ramiro Wahrhaftig, DD. Secretário de Educação, solicitando a implantação de Casa Familiar Rural, na localidade de Herval Grande, Distrito de Jaciaba, Município de Prudentópolis (PR).

Sala das Sessões, em 22.02.95

(a) JOÃO TECHY

JUSTIFICATIVA:

A Escola tem quatro salas de aula, sendo que apenas uma está em uso (as demais semi-acabadas). Readaptando a escola para Casa Familiar Rural daremos utilização mais adequada da infra-estrutura existente, destinadas à formação de jovens agricultores, sem prejuízo da escolarização obrigatória.

REQUERIMENTO N° 156

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER envio de mensagem ao Excelentíssimo Senhor Reinhold Stephanes, Ministro da Previdência Social, solicitando:

1. Que todos os convênios assinados por este Ministério (LBA) sejam cumpridos;
2. Que seja efetuado com urgência o repasse das verbas que estão atrasadas.

Sala das Sessões, em 22.02.95

(a) DOUTOR ROSINHA

JUSTIFICATIVA:

Temos recebido correspondência dos municípios de nosso Estado que demonstram grandes dificuldades no atendimento da área social, agravada agora com o corte ou atraso das verbas dos convênios.

O Município de Londrina tem hoje dez entidades filantrópicas, que desenvolvem atividades sociais, com dificuldade econômica, uma vez que o repasse não foi efetuado (anexo).

Rolândia possui sete creches que atendem 800 (oitocentas) crianças, na faixa de 0 a 6 anos e um centro de convivência com 210 (duzentos e dez) idosos. A manutenção destes equipamentos se dá em regime de parceria - Governo Federal/Prefeitura. O corte de um elo da parceria (Federal) impede a continuidade dos serviços prestados.

Senhor Ministro, entendemos que todas as entidades sérias e legalmente constituídas, realmente comprometidas com o serviço social, devem ser atendidas, a menos que institutos governamentais venham substituí-las.

CRECHE NOSSA SENHORA DE FÁTIMA
SOCIEDADE EDUCADORA RAINHA DAS MISSÕES
INSTITUTO PIO XII
ASSOCIAÇÃO FEMININA EVANGÉLICA BENEFÍ-

CENTE DE LONDRINA

ASSOCIAÇÃO DAS SENHORAS DE ROTARIANOS
DE LONDRINA

ASSOCIAÇÃO DAS DAMAS DE CARIDADE DE
LONDRINA

INSTITUTO LONDRINENSE DE INSTRUÇÃO E
TRABALHO PARA CEGOS

INSTITUTO LONDRINENSE DE EDUCAÇÃO PARA
CRIANÇAS EXCEPCIONAIS

CENTRO OCUPACIONAL DE LONDRINA

INSTITUTO LONDRINENSE DE EDUCAÇÃO DE
SURDOS

REQUERIMENTO Nº 157

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, officie-se ao Sr. Secretário de Estado dos Transportes, Dr. Deni Lineu Schartz, bem como ao Sr. Diretor Geral do Departamento de Estradas de Rodagem, Dr. Luiz Alberto Kuster, solicitando providências de cascalhamento e de reparos em pontes na rodovia que liga o Município de Quinta do Sol a Mandejuba, via Irapuã, conforme passa a justificar.

Sala das Sessões, em 22.02.95

(a) MARQUINHOS ALVES

JUSTIFICATIVA:

As chuvas torrenciais e contínuas que assolaram o Paraná, de modo especial o Noroeste do Estado, trouxeram danificações sensíveis nas rodovias estaduais, mormente nas que não são asfaltadas.

Assim, aconteceu com a rodovia que interliga Quinta do Sol a Mandejuba, passando por Irapuã. A rodovia está em péssimo estado de conservação, dificultando o tráfego, incluindo danos nas pontes sobre o Rio Mourão e sobre o Córrego Leão, partes integrantes dessa rodovia.

O cascalhamento da rodovia em pontos vitais e os reparos nas pontes citadas são imprescindíveis para dar condições de tráfego naquela rodovia para o escoamento da safra agrícola que se avizinha.

Projeto de Lei Complementar:

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 020/95
A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO
ESTADO DO PARANÁ

D E C R E T A:

C A P Í T U L O I

Das Disposições Preliminares

Art. 1º - As concessões de serviços públicos e a de obras públicas e as permissões de serviços públicos no Estado reger-se-ão pelos termos do artigo 175 da Constituição Federal, em observância ao artigo 146 da Constituição do Estado do Paraná, pela Lei Federal nº 8.987 de 13 de fevereiro de 1995, por esta Lei, pelas normas legais pertinentes, e pelas cláusulas

das dos respectivos contratos.

Art. 2º Para os fins do disposto nesta Lei, considera-se:

I - Poder Concedente: O Estado ou o Município, em cuja competência se encontre o serviço público, através do órgão responsável pela administração do serviço ou obra pública objeto da concessão ou permissão;

II - Concessão de Serviço Público: a delegação de sua prestação, feita pelo Poder Concedente, mediante licitação na modalidade de concorrência, à pessoa jurídica ou a consórcio de empresas, que demonstre capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco e por prazo determinado.

III - Concessão de Serviço Público procedida da execução de obra pública: a construção, total ou parcial, conservação, reforma, ampliação, melhoramento de quaisquer obras de interesse público, delegada pelo Poder Concedente, mediante licitação na modalidade de concorrência, à pessoa jurídica ou a consórcio de empresas, que demonstre capacidade para sua realização, por sua conta e risco e por prazo certo, de forma que o investimento da concessionária seja remunerado e amortizado, mediante a exploração do serviço ou da obra por prazo determinado:

a) mediante prévia autorização legislativa da União é admissível a transferência (doação) de rodovias integrantes do Plano Nacional de Viação (Sistema Rodoviário Federal).

IV - Permissão de serviço público: a delegação, a título precário, mediante licitação, da prestação de serviços públicos, feita pelo poder concedente à pessoa física ou jurídica que demonstre capacidade para seu desempenho por sua conta e risco.

Artigo 3º - As concessões e permissões sujeitar-se-ão à fiscalização pelo Poder Concedente responsável pela delegação, com a cooperação dos usuários.

Artigo 4º - As concessões de serviço público, procedidas ou não da execução de obras públicas, serão formalizadas mediante contrato, que deverá observar os termos desta lei, das normas pertinentes e do edital de licitação.

Artigo 5º - O poder concedente publicará, previamente ao edital de licitação, ato que justifique a conveniência da outorga de concessão ou permissão, caracterizando seu objeto, área e prazo.

CAPÍTULO II

Do Serviço Adequado

Artigo 6º - Toda a concessão ou permissão pressupõe a prestação de serviço adequado ao pleno atendimento dos usuários, conforme estabelecido nesta lei, nas

normas pertinentes e nos respectivos contratos.

§ 1º - Serviço adequado é o que satisfaz as condições de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia na sua prestação e modicidade das tarifas.

§ 2º - A atualidade compreende a modernidade das técnicas, do equipamento e das instalações e sua conservação, bem como a melhoria e expansão do serviço.

§ 3º - Não se caracteriza como descon-tinuidade do serviço a sua interrupção em situação de emergência ou após prévio aviso, quando:

I - motivada por razões de ordem técnica ou de segurança das instalações; e

II - por inadimplemento do usuário, considerado o interesse da coletividade.

CAPÍTULO III

Dos Direitos e Obrigações dos Usuários

Artigo 7º - Sem prejuízo do disposto na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, são direitos e obrigações dos usuários:

I - receber serviço adequado;

II - receber do poder concedente e da concessionária informações para a defesa de interesses individuais ou coletivos,

III - obter e utilizar o serviço, com liberdade de escolha, observadas as normas do poder concedente;

IV - levar ao conhecimento do Poder Público e da Concessionária as irregularidades de que tenham conhecimento, referentes ao serviço prestado;

V - comunicar às autoridades competentes os atos ilícitos praticados pelo concessionário, na prestação do serviço;

VI - contribuir para a permanência das boas condições dos bens públicos através dos quais lhes são prestados os serviços.

CAPÍTULO IV

Da Política Tarifária

Artigo 8º - A tarifa do serviço público será fixada pelo preço da proposta vencedora da licitação e preservada pelas regras de revisão previstas nesta Lei, no Edital e no contrato.

§ 1º - A tarifa não será submetida à legislação específica anterior.

§ 2º - Os contratos deverão prever mecanismos de revisão das tarifas, a fim de manter-se o equilíbrio econômico-financeiro.

§ 3º - Ressalvados os impostos sobre a renda, a criação, alteração ou extinção de quaisquer tributo ou encargos legais, após a apresentação da proposta, quando comprovado seu impacto, implicará a revisão da tarifa, para mais ou menos, conforme for o

caso.

§ 4º - Em havendo alteração unilateral do contrato que afete o seu equilíbrio econômico-financeiro, o poder concedente deverá restabelecê-lo, concomitantemente à alteração.

Artigo 9º - Sempre que forem atendidas as condições do contrato, considera-se mantido seu equilíbrio econômico-financeiro.

Artigo 10 - No atendimento às peculiaridades de cada serviço público, poderá o poder concedente prever, em favor da concessionária, no edital de licitação, a possibilidade de outras fontes provenientes de receitas alternativas, complementares, acessórias ou de projetos associados, com ou sem exclusividade, com vistas a favorecer a modicidade das tarifas.

Parágrafo Único - As fontes de receita previstas neste artigo serão obrigatoriamente consideradas para a aferição do inicial equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

Artigo 12 - As tarifas poderão ter valores diferenciados em função das características técnicas e dos custos específicos provenientes do atendimento aos distintos segmentos usuários.

CAPÍTULO V

Da Licitação

Artigo 13 - Todas as concessões de serviços públicos, procedidas ou não da execução da obra pública, subordinada à existência de interesse público previamente justificado, serão sempre precedida de licitação, na modalidade de concorrência pública, nos termos da legislação própria e com observância dos princípios da moralidade, publicidade e igualdade, julgamento objetivo e da vinculação ao instrumento convocatório.

Artigo 14 - No julgamento da licitação será considerado um dos seguintes critérios:

I - o menor valor da tarifa do serviço público a ser prestado;

II - a maior oferta, no caso de pagamento ao Poder Concedente pela outorga da concessão;

III - a combinação dos critérios referidos nos incisos I e II deste artigo.

§ 1º - A aplicação do critério previsto no inciso III só será admitida quando previamente estabelecida no edital da licitação, inclusive com regras e fórmulas precisas para avaliação econômico-financeira.

§ 2º - O Poder Concedente recusará propostas manifestamente inexequíveis ou financeiramente incompatíveis com os objetivos da licitação.

§ 3º - Em igualdade de condições

será, dada preferência à proposta apresentada por empresa brasileira.

Artigo 15 - Considerar-se-ão desclassificadas as propostas que, para sua viabilização, necessitem de vantagens ou subsídios que não estejam previamente autorizados em lei e à disposição de todos os concorrentes.

Parágrafo Único - Considerar-se-á também desclassificada a proposta de entidade estatal alheia à esfera político-administrativa do poder concedente que, para a sua viabilização, necessitem de vantagens ou subsídios do poder público controlador da referida entidade.

Artigo 16 - O edital de licitação será elaborado pelo Poder Concedente, observados, no que couber, os critérios e as normas gerais da legislação própria sobre licitações e contratos, e conterá, especialmente:

I - o objeto, metas e prazo da concessão;

II - a descrição das condições necessárias à prestação adequada do serviço;

III - os prazos para recebimento das propostas, julgamento da licitação e assinatura do contrato;

IV - prazo, local e horário em que serão fornecidos os dados, estudos e projetos necessários à elaboração dos orçamentos e apresentação das propostas;

V - os critérios e a relação dos documentos exigidos para a aferição da capacidade técnica, da idoneidade financeira e da regularidade jurídica e fiscal.

VI - as possíveis fontes de receitas alternativas, complementares ou acessórias, bem como as provenientes de projetos associados;

VII - os direitos e obrigações do poder concedente e da concessionária em relação à alteração e expansão a serem realizadas no futuro, para garantir a continuidade da prestação do serviço;

VIII - os critérios de reajuste e revisão das tarifas;

IX - os critérios, indicadores, fórmulas e parâmetros a serem utilizados no julgamento técnico e econômico-financeiro da proposta;

X - a indicação dos bens reversíveis;

XI - as características dos bens reversíveis e as condições em que estes serão postos à disposição, nos casos em que houver sido extinta a concessão anterior;

XII - a expressa indicação do responsável pelo ônus das desapropriações necessárias à execução do serviço ou da obra pública, ou para a instituição de servidão administrativa;

XIII - as condições de liderança da empresa responsável, na hipótese em que for permitida a participação de empresas em consórcio;

XIV - nos casos de concessão, a minuta do contrato;

XV - nos casos de concessão de serviço público precedida da execução de obra pública, os dados relativos à obra, dentre os quais os elementos do projeto básico que permitam sua plena caracterização; e

XVI - nos casos de permissão, os termos do contrato de adesão a ser firmado.

Artigo 17 - Quando permitida, na licitação, a participação de empresas em consórcio, observar-se-ão as seguintes normas:

I - comprovação de compromisso, público ou particular, de constituição de consórcio, subscrito pelas consorciadas;

II - indicação da empresa responsável pelo consórcio;

III - apresentação dos documentos exigidos no inciso V e XIII do artigo anterior, por parte de cada consorciada;

IV - impedimento de participação de empresas consorciadas na mesma licitação, por intermédio de mais de um consórcio ou isoladamente.

§ 1º - O licitante vencedor fica obrigado a promover, antes da celebração do contrato, a constituição e registro do consórcio, nos termos do compromisso referido no inciso I deste artigo.

§ 2º - A empresa líder do consórcio é a responsável perante o poder concedente pelo cumprimento do contrato de concessão, sem prejuízo da responsabilidade solidária das demais consorciadas.

Artigo 18 - É facultado ao poder concedente, desde que previsto no edital, no interesse do serviço a ser concedido, determinar que o licitante vencedor, no caso de consórcio, se constitua em empresa antes da celebração do contrato.

Artigo 19 - Os estudos, investigações, levantamentos, projetos, obras e despesas ou investimentos já efetuados, vinculados à concessão, de utilidade para a licitação, realizados pelo Poder Concedente ou com a sua autorização, estarão à disposição dos interessados, devendo o vencedor da licitação ressarcir os dispêndios correspondentes especificados no edital.

CAPÍTULO VI

Do Contrato de Concessão

Artigo 20 - São cláusulas essenciais do contrato de concessão as relativas:

I - ao objeto, área e prazo de concessão;

II - ao modo, forma e condições de prestação do serviço;

III - aos critérios, indicadores, fórmulas e parâmetros definidos da qualidade

do serviço;

IV - o preço do serviço e aos critérios e procedimentos para o reajuste e revisão das tarifas;

V - aos direitos, garantias e obrigações do Poder Concedente e da Concessionária, inclusive os relacionados às previsíveis necessidades de futura alteração e expansão do serviço e conseqüente modernização, aperfeiçoamento e ampliação dos equipamentos e das instalações;

VI - aos direitos e deveres dos usuários para a obtenção e utilização dos serviços;

VII - à forma de fiscalização das instalações, dos equipamentos, dos métodos e práticas de execução das obras e dos serviços inerentes à concessão, bem como a indicação dos órgãos competentes para exercê-la;

VIII - às penalidades contratuais e administrativas a que se sujeita a Concessionária e a sua forma de aplicação;

IX - aos casos de extinção da concessão;

X - aos bens reversíveis;

XI - aos critérios para o cálculo e a forma de pagamento das indenizações devidas à concessionária, quando for o caso;

XII - às condições de prorrogação do contrato;

XIII - à obrigatoriedade, forma e periodicidade da prestação de contas pelo concessionário ao Poder Concedente;

XIV - à exigência da publicação de demonstrações financeiras periódicas da concessionária;

XV - ao foro competente e modo amigável para solução de divergências contratuais;

Parágrafo Único - Os contratos relativos à concessão de serviço público precedido da execução de obra pública deverão, adicionalmente:

I - estipular os cronogramas físico-financeiros de execução de obras vinculadas à concessão; e

II - exigir garantia do fiel cumprimento, pela concessionária, das obrigações relativas às obras vinculadas à concessão.

Artigo 21 - Incumbe à concessionária a execução do serviço concedido, respondendo por todos os prejuízos causados ao Poder concedente, aos usuários e a terceiros, sem que a fiscalização exercida pelo órgão competente exclua ou atenué essa responsabilidade.

§ 1º - Sem prejuízo da responsabilidade a que se refere este artigo, a Concessionária poderá contratar terceiros para o desenvolvimento de atividades inerentes, acessórias ou complementares, bem como a implementação de projetos associados;

§ 2º - Os contratos celebrados entre

Concessionária e os terceiros, nos termos do disposto no parágrafo anterior, serão regidas pelo direito privado, não se estabelecendo nenhuma relação jurídica entre os terceiros contratados e o Poder Concedente.

§ 3º - A execução das atividades contratadas com terceiros pressupõe o cumprimento das normas regulamentares da modalidade do serviço concedido.

Artigo 22 - É admitida a subconcessão, nos termos previstos no contrato de concessão, desde que expressamente autorizada pelo poder concedente.

§ 1º - A outorga de subconcessão será sempre precedida de concorrência.

§ 2º - O subconcessionário se sub-rogará todos os direitos e obrigações da subconcedente dentro dos limites da subconcessão.

Artigo 23 - A transferência de concessão ou de controle societário da concessionária sem prévia anuência do poder concedente implicará a caducidade de concessão.

Parágrafo Único - Para fins de obtenção da anuência de que trata o caput deste artigo o pretendente deverá:

I - atender às exigências da capacidade técnica, idoneidade financeira e regularidade fiscal necessárias à assunção do serviço; e

II - comprometer-se a cumprir todas as cláusulas do contrato em vigor.

Artigo 24 - Nos contratos de financiamento, as concessionárias poderão oferecer em garantia os direitos emergentes da concessão, até o limite que não comprometa a operacionalização e a continuidade da prestação do serviço.

Parágrafo Único - Nos casos em que o organismo financiador for instituição financeira pública, deverão ser exigidas outras garantias da concessionária para a viabilização do financiamento.

CAPÍTULO VII

Dos Direitos e Deveres do Poder Concedente

Artigo 25 - Incumbe ao Poder Concedente:

I - regulamentar o serviço concedido e fiscalizar permanentemente a sua prestação.

II - aplicar as penalidades regulamentares e contratuais;

III - intervir na prestação do serviço, nos casos e condições previstos em lei;

IV - extinguir a concessão, nos casos previstos nesta Lei e na forma prevista no

contrato.

V - homologar reajustes e proceder à revisão das tarifas na forma desta Lei, das normas pertinentes e do contrato;

VI - cumprir e fazer cumprir as disposições regulamentares do serviço e as cláusulas contratuais da concessão;

VII - zelar pela boa qualidade do serviço, receber e apurar queixas e reclamações dos usuários;

VIII - declarar de utilidade pública os bens necessários à execução do serviço ou obra pública, promovendo as desapropriações, diretamente ou mediante outorga de poderes ao concessionário, caso em que a mesma será responsável pelas indenizações cabíveis;

IX - declarar de necessidade ou utilidade pública, para fins de instituição de servidão administrativa os bens necessários à execução do serviço ou obra pública, promovendo-as diretamente ou mediante outorga de poderes ao concessionário, caso em que a mesma será responsável pelas indenizações cabíveis;

X - estimular o aumento da qualidade, produtividade, preservação do meio ambiente e conservação;

XI - incentivar a competitividade; e

XII - estimular a formação de associações de usuários para a defesa dos interesses relativos ao serviço.

Artigo 26 - No exercício da fiscalização o poder concedente terá acesso aos dados relativos à administração, contabilidade, recursos técnicos, econômicos e financeiros da concessionária.

Parágrafo Único - A fiscalização do serviço será feita por intermédio de órgão técnico do poder concedente ou por entidade com ele conveniada.

CAPÍTULO VIII

Dos Direitos e Deveres da Concessionária

Artigo 27 - Incumbe à Concessionária:

I - prestar serviço adequado, na forma prevista nesta Lei, nas normas técnicas e no contrato;

II - manter em dia o inventário e o registro dos bens vinculados à concessão;

III - prestar contas de gestão do serviço ao poder concedente e aos usuários, nos termos definidos no contrato;

IV - cumprir e fazer cumprir as disposições regulamentares do serviço e as cláusulas contratuais;

V - permitir o acesso dos encarregados da fiscalização, em qualquer época, aos locais, obras, instalações e equipamentos compreendidos na concessão, bem como seus registros contábeis.

VI - promover as desapropriações e constituir servidões na forma autorizada

pelo Poder Concedente, conforme previsto no Edital e no contrato;

VII - zelar pela integridade dos bens vinculados à prestação de serviço, bem como segurá-los adequadamente;

VIII - captar, aplicar e gerir os recursos financeiros necessários à prestação do serviço.

Parágrafo Único - As contratações, inclusive de mão-de-obra, feitas pela concessionária serão regidas pelas disposições de direito privado e pela legislação trabalhista, não se estabelecendo qualquer relação entre os terceiros contratados pela concessionária e o poder concedente.

CAPÍTULO IX

Da Intervenção

Artigo 28 - O poder concedente poderá, em caráter excepcional, com o fim exclusivo de assegurar regularidade e adequação na execução do serviço, bem como o fiel cumprimento das normas contratuais, regularmente e legais pertinentes.

Parágrafo Único - A intervenção far-se-á por decreto do Poder Concedente que conterá a designação do interventor, o prazo de intervenção, os objetivos e limites de medida.

Artigo 29 - Declarada a intervenção, o Poder Concedente deverá, no prazo de 30 (trinta) dias, instaurar procedimento administrativo para comprovar as causas determinantes da medida e apurar responsabilidades, assegurado direito de ampla defesa.

§ 1º - Se ficar comprovado que a intervenção não observou os pressupostos legais e regulamentares ou os princípios da Administração Pública, será declarada a sua invalidade, devendo o serviço ser imediatamente devolvido a Concessionária, sem prejuízo de seu direito à indenização.

§ 2º - O procedimento administrativo a que se refere o "caput" deste artigo deverá ser concluído no prazo de até 180 (cento e oitenta) dias, sob pena de considerar-se inválida a intervenção, aplicando-se o disposto no parágrafo anterior.

Artigo 30 - Cessada a intervenção, se não for extinta a concessão, a administração do serviço será devolvida à concessionária, precedida de prestação de contas pelo interventor, que responderá pelos atos praticados durante a sua gestão.

CAPÍTULO X

Da extinção da Concessão

Artigo 31 - Extingue-se a Concessão por:

I - advento do termo contratual;
II - encampação;
III - caducidade;
IV - rescisão;
V - anulação; e
VI - falência ou extinção da empresa concessionária e falecimento ou incapacidade do titular, no caso de empresa individual.

Artigo 32 - Extinta a Concessão, por qualquer motivo, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios transferidos ao concessionário, conforme previsto no Edital e no contrato.

§ 1º - O Poder Concedente, na hipótese do "caput" deste artigo, assumirá imediatamente o serviço, procedendo-se aos levantamentos, avaliações e liquidações necessárias, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, contados da assunção do serviço.

§ 2º - A assunção dos serviços autoriza a ocupação das instalações e a utilização pelo Poder Concedente de todos os bens reversíveis;

§ 3º - Na hipótese de término do prazo contratual ou encampação, o Poder Concedente, antecipando-se a extinção da concessão, procederá aos levantamentos e avaliações necessários à determinação dos montantes da indenização que será devida à concessionária, na forma prevista nesta Lei, no Edital e no contrato.

Artigo 33 - A reversão, no advento do termo contratual, far-se-á com a indenização das parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido.

Artigo 34 - A inexecução total ou parcial do contrato acarretará as sanções contratuais ou a declaração de caducidade, com rescisão unilateral do contrato.

Artigo 35 - A caducidade poderá ser declarada, mediante processo administrativo que assegure a Concessionária o direito de defesa, nos seguintes casos:

I - o serviço estiver sendo executado de forma inadequada ou deficiente, tendo por base as normas, critérios, indicadores e parâmetros definidores da qualidade dos serviços;

II - a concessionária descumprir obrigações, regulamentares ou contratuais;

III - a concessionária paralisar o serviço ou concorrer para tanto, ressalvada as hipóteses de caso fortuito ou força maior;

IV - a concessionária perder as condi-

ções econômicas, financeiras, técnicas ou operacionais necessárias ao desenvolvimento do contrato;

V - a concessionária não cumprir as penalidades impostas por infrações nos devidos prazos;

VI - a concessionária não atender a intimação do Poder Concedente no sentido de regularizar a prestação do serviço;

VII - a concessionária for condenada em sentença transitada em julgado, por sonegação de tributos, inclusive contribuições sociais.

§ 1º - A declaração de caducidade da concessão deverá ser precedida da verificação da inadimplência da concessionária em procedimento administrativo.

§ 2º - Não será instaurado processo administrativo de inadimplência antes que comunicados à concessionária, detalhadamente, os descumprimentos contratuais referidos neste artigo, dando-lhe um prazo para corrigir as falhas e transgressões apontadas.

§ 3º - Instaurado o processo administrativo, a caducidade, comprovada a inadimplência, será declarada por decreto do Poder Concedente, independente de indenização prévia calculada do decurso do processo.

§ 4º - Declarada a caducidade, não resultará para o Poder Concedente qualquer espécie de responsabilidade em relação aos encargos, ônus, obrigações e compromissos com terceiros ou empregados da Concessionária.

Artigo 36 - O contrato de concessão poderá ser rescindido por iniciativa da Concessionária, mediante ação judicial específica, no caso de descumprimento pelo Poder Concedente de obrigações legais, regularmente ou contratuais.

Parágrafo Único - Na hipótese prevista no "caput" deste artigo os serviços prestados pela concessionária não poderão ser interrompidos ou paralisados, até a decisão judicial transitada e julgada.

CAPÍTULO XI Das Permissões

Artigo 37 - A permissão de serviço público será formalizada mediante contrato de adesão, que observará os termos desta lei, das demais normas pertinentes e do edital de licitação, inclusive quanto à precariedade e à revogabilidade unilateral do contrato pelo Poder Concedente.

Artigo 38 - Aplica-se às permissões o disposto nesta lei.

CAPÍTULO XII Disposições Finais e Transitórias

Artigo 39 - As concessões de serviço público outorgadas anteriormente à entrada em vigor desta lei consideram-se válidas pelo prazo fixado no contrato ou no ato de outorga, observado o disposto no artigo 40 desta Lei.

§ 1º - Vencido o prazo da concessão o Poder Concedente procederá a sua licitação, nos termos desta Lei.

§ 2º - As concessões em caráter precário, as que estiverem com prazo vencido e as que estiverem em vigor por prazo indeterminado, inclusive por força da legislação anterior, permanecerão válidas pelo prazo necessário à realização dos levantamentos e avaliações indispensáveis à organização das licitações que procederão a outorga das concessões que as substituíram, prazo esse que não será inferior a 24 meses.

Artigo 40 - Ficam extintas todas as concessões de serviços públicos outorgadas sem licitação na vigência da Constituição de 1988.

Parágrafo Único - Ficam também extintas todas as concessões outorgadas sem licitação anteriormente à Constituição de 1988, cujas obras ou serviços não tenham sido iniciados ou que se encontrem paralisados quando da entrada em vigor desta Lei.

Artigo 41 - As concessionárias que tiverem obras que se encontrem atrasadas, na data da publicação desta Lei, apresentarão ao Poder Concedente, dentro de 180 (cento e oitenta) dias, plano efetivo de conclusão das obras.

Parágrafo Único - Caso a concessionária não apresente o plano a que se refere este artigo ou se este plano não oferecer condições efetivas para o término da obra, o poder concedente poderá declarar extinta a concessão, relativa a essa obra.

Artigo 42 - Nas hipóteses de que tratam os artigos 40 e 41 desta Lei, o Poder Concedente indenizará as obras e serviços realizados somente no caso e com recurso da nova licitação.

Parágrafo Único - A licitação a que trata o "caput" deste artigo deverá, obrigatoriamente, levar em conta, para fins de avaliação, o estágio das obras paralisadas ou atrasadas, de modo a permitir a utilização do critério de julgamento estabelecido nesta Lei.

Artigo 43 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 44 - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22.02.95

(a) NEIVO BERALDIN

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin) - Passamos ao Pequeno Expediente.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, Deputado Joselito Canto.

O SR. JOSELITO CANTO - Representando os Campos Gerais, Senhor Presidente, Deputado Joselito Canto, aqui está.

Senhores Deputados, Senhor Presidente, trago e gostaria que ficasse registrado posteriormente nesta Casa, uma documentação que me foi enviada pelo Prefeito Municipal de Ponta Grossa, e queremos com esses números aqui terminar o assunto que foi iniciado no início desta semana, quando se levantou os números oficiais da educação de Ponta Grossa. Porque não pode pairar dúvidas devido à concorrência que estamos aí, e já temos um péssimo mal-estar em Ponta Grossa, que a cidade é meia parada. Isso não pode acontecer não é ex-Vereador, Deputado Pericles Mello, precisamos mudar essa idéia.

A princípio trago os seguintes dados, Educação Municipal em Ponta Grossa.

A Prefeitura Municipal de Ponta Grossa aplicou na Educação, da receita do Município, 33,52% e 29,28% respectivamente nos exercícios de 1993 e 1994. Com recursos a Prefeitura mantém 85 escolas na Rede Municipal de Ensino, sendo 56 escolas na zona urbana e 29 na zona rural. Estão matriculados na Rede Municipal de Ensino de 1º Grau, Ensino Pré-Escolar e Ensino Especial, até a presente data 21.591 alunos; destes 19.484 são da zona urbana e 2.107 da zona rural.

A Rede Municipal de Ensino é administrada pela Prefeitura Municipal de Ponta Grossa e pela Fundação Educacional de Ponta Grossa - FUNETO. A Prefeitura fornece professores, escriturários e serventes escolares para todas as 85 escolas e, como faz a conservação e manutenção dos prédios escolares e seus pátios.

E o Governo passado do PMDB pouca coisa deu para Ponta Grossa que fez 98% não sei do que lá em Ponta Grossa. Lá não foi feito, então esqueceram de Ponta Grossa, é porque estava do outro lado, quem sabe seja esta a causa, mas a verdade é que lá pouco se fez, no que se refere a escolas e melhorias, se pintou uma ou duas escolas no máximo lá na Cidade de Ponta Grossa.

Também gostaria de deixar claro e esse documento assinado pela Professora Railda Schiffer, que é Secretária Municipal de Cultura e de Educação, e pelo Prefeito Municipal Paulo Cunha Nascimento, também pelo Secretário Calixto Ajuz e pelo Diretor de Contabilidade Valdir Tozetto. Estão aqui registrados os n.ºs Sr. Presidente,

Senhores Deputados, estão registrados aqui os números finais de Ponta Grossa, inclusive do ano de 1993 já foi aprovado pelo Tribunal de Contas. Ponta Grossa aplicou 33,52% daquilo que se refere à educação e nesse ano de 94, 29,28%. Está morta a cobra e mostrado o pau para todo o mundo.

Também gostaria de falar a respeito de um episódio que está acontecendo no distrito de Carambeí, Distrito de Castro. Lá estamos vendo um povo sofrendo, um povo sofrendo, porque há muitos e muitos anos já se passaram e até hoje não se resolveu principalmente o problema das pessoas mais simples e dos bairros mais pobres de Carambeí. A BATAVO por sua vez, tem água própria, agora, os moradores mais simples, as vilas mais próximas a Carambeí e Boqueirão, que também pertencem à Ponta Grossa, estão passando uma grande dificuldade, falta água de manhã, falta água de tarde, de noite e de madrugada. É uma falta de consideração para com o povo de Carambeí e de Boqueirão, região de Ponta Grossa.

Deixo registrado nessa Casa que entramos com um requerimento pedindo a imediata colocação de um novo sistema de abastecimento de água para Carambeí, porque é uma cidade ligada a Castro e que merece o nosso respeito. Queremos deixar esses números registrados aqui, de Carambeí e esperamos realmente que se tome providência a nível de Estado para que a gente possa, logo na sequência, resolver esse problema envolvendo o Distrito de Carambeí.

Quero deixar claro também à Bancada do PT, através do Deputado Ângelo, do Pêricles e dos demais petistas, que o Deputado Joselito e o Partido Social Cristão do Paraná votará a favor de seu projeto que cancela aqueles dez cargos que foram criados recentemente aqui na Assembléia Legislativa do Paraná.

Solicito, Senhor Presidente, os cinco minutos semanais, para concluir o meu pronunciamento.

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin) - Ficam concedidos mais cinco minutos que V. Exa. ocupará do Horário da Liderança.

O SR. JOSELITO CANTO - Obrigado. Então, gostaria de deixar registrado que o nosso Partido, o PSC, reunido juntamente com agentes, definiu que votaremos a favor da extinção desses dez cargos.

Obrigado Sr. Presidente, obrigado Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin) - Esta Presidência, a pedido do Deputado Augustinho Zucchi, quer registrar a presença do Prefeito de Ramilândia, Dr. Jbaldo e o Presidente da Câmara, Dr. Eurides Cola.

Ainda no Pequeno Expediente, com a palavra o Sr. Dep. Luiz Carlos Romanelli.

O SR. LUIZ CARLOS ROMANELLI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Venho a esta tribuna nesta tarde para registrar o que considero um fato inusitado até, que é da prisão de um homem que ao longo da sua vida prestou contra a comunidade, desserviços e que pretendia ele continuar enganando o povo.

Venho registrar a prisão do Presidente da Cooperativa Habitacional de Foz do Iguaçu, com a fronteira, o Sr. Jorge Castanharo, pelo crime de ter feito ele, na verdade, agindo para iludir o nosso povo, o povo mais pobre desse Paraná. Incorreu ele em dois crimes: o crime de estelionato e de crime contra a administração pública. Ele foi, no período dos últimos anos, presidente da Cooperativa Habitacional com a fronteira e os Srs. Deputados se lembram das denúncias que fizemos sobre o processo do superfaturamento das casas construídas no Paraná, no desgoverno Collor de Melo em que muitos dos Deputados aqui deste Plenário fizeram discursos denunciando o descalabro que foi aquela aplicação de recursos e especialmente tive, naquele momento, sempre o amparo do então Promotor de Justiça, hoje nosso colega, Deputado Joel Coimbra que na Região Norte do Paraná fez um trabalho extraordinário para defender os interesses do povo paranaense.

Por isso quero aqui registrar a minha crença no Poder Judiciário do Paraná porque ficou comprovado que mesmo tardiamente alguém praticou esses atos lesivos contra o interesse público, hoje está como eu disse há dois anos da inauguração da cadeia pública de Foz do Iguaçu ele está hoje onde deveria estar desde aquela época, atrás das grades, e é claro advogados extremamente experientes estão sendo contratados, mas há que se registrar que pelo menos um bandido de colarinho branco está preso hoje numa cela no nosso Estado e Deus queira que este exemplo da prisão do Jorge Castanharo sirva de exemplo para tantos outros que roubam a economia do nosso povo naquele que foi em Foz do Iguaçu através daquele processo do financiamento das casas da Usina de Itaipu, das 2.652 unidades que eram para serem desmanchadas mas foram vendidas à população. Das 700 casas que eles quiseram, contratos e não entregaram porque enganavam é claro a ilusão do nosso povo de ter uma moradia digna aonde pudesse abrigar a sua família.

Quero concluir, Sr. Presidente, Srs. Deputados, manifestando esta minha confiança na justiça paranaense. Que Deus na verdade ilumine os nossos juizes. Há muitos que praticaram crimes contra a econo-

mia do nosso povo no processo da construção de casas populares. Muitos outros ainda devem estar atrás das celas e tenho certeza que vamos conseguir ainda ver acontecer isto no nosso Paraná.

E quero por último, Sr. Presidente, Srs. Deputados, registrar aqui o meu agradecimento ao Deputado Algaci Túlio que cumpriu o compromisso e trouxe ontem como convidado o Presidente do Banco do Estado do Paraná, para que numa reunião muito franca com os Senhores Deputados pudesse aqui discutir e ouvir esta Casa sobre a descontinuidade do Programa "Panela Cheia" e, acho sim, que tivemos um avanço, pois o Presidente se mostrou sensível e tenho certeza que mais alguns dias o nobre Líder do Governo nesta Casa, Deputado Algaci Túlio, virá aqui comunicar que o Programa continua e como é que ele continuará.

Por isso a minha confiança no Parlamento, aqui é o instrumento que o povo paranaense encontrou para fazer com que as suas conquistas, conquistas tão importantes pudessem ser materializadas.

Muito obrigado Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin) - Eduardo Trevisan com a palavra, no Pequeno Expediente.

O SR. EDUARDO TREVISAN - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Subo a esta tribuna de certa forma estimulado pelo comentário do Deputado Joselito Canto a respeito da votação do Projeto que cria cargos nesta Casa.

Acho que se estamos aqui para discutir a melhoria da Assembléia Legislativa, a maior agilidade nos seus trabalhos, acho que temos que ir mais a fundo.

Acho que não são esses cargos, a sua criação, a sua extinção, que vão realmente determinar uma melhoria ou uma piora nesta Casa de Leis. Acho que a gente tem que lutar pela modernização da Assembléia Legislativa.

Que sejam criados os cargos que forem necessários para seu bom andamento, que sejam extintos aqueles que não forem necessários. Mas a discussão vai mais além, acho que temos que começar a lutar pela modernização definitiva desta Casa através da sua informatização plena. Conheci, quando fui Prefeito, algumas Câmaras de Vereadores de cidades - como por exemplo, Londrina - com todos seus trabalhos totalmente informatizados, cada gabinete de Vereador tem um terminal de computador. Nele pode-se acompanhar todos os Projetos que estão em andamento na Casa, o inteiro teor do Projeto, seus Pareceres, etc.

Então, sugiro à direção da Casa e a

todos os Deputados que se juntem à esta luta pela informatização definitiva da Assembléia Legislativa. Dessa forma, nós Deputados, que muitas vezes, eventualmente, alguns daqui não participam de todas as Comissões, terão, em cada um de seus gabinetes, terminais de computador com todos os Projetos em andamento. A Ordem do Dia não precisa ser recebida minutos ou horas antes da Sessão, ela pode ser de conhecimento muito antecipado do Deputado, porque vai estar no seu terminal de computador, basta que ele imprima a Ordem do Dia e desça para a Sessão com a Ordem do Dia impressa. É uma sugestão interessante, é muito importante esta Assembléia Legislativa pegar o bonde da modernidade e definitivamente se informatizar.

Outra questão que coloco: nós, hoje de manhã, juntamente com alguns outros Deputados, fomos acompanhando o Bloco Agropecuário, desta Assembléia. Bloco este que foi recebido pelo Sr. Secretário da Agricultura. E mais uma vez foi reafirmado a todos nós aquilo que havia sido dito ontem pelo Sr. Presidente do BANESTADO, que houve uma certa confusão a respeito das informações sobre o término ou a interrupção do Programa "Panela Cheia". Na verdade, tanto o Presidente do BANESTADO como o Secretário da Agricultura já nos informaram e à sociedade que houve apenas uma suspensão para que fosse melhor analisado o Programa, nos seus erros, nos seus acertos, para uma imediata retomada deste procedimento.

Precisamos saber, e é do conhecimento de todos os Deputados, que há no País, nos dias de hoje, uma grande onda de privatização dos Bancos Estaduais. Há uma verdadeira pregação nacional de que os Estados não precisam ter Bancos Estaduais. Acho que esta pregação não é de toda verdadeira e nem de toda falsa. Acho que o Banco Central está intervindo em Bancos Estaduais mal gerenciados, acho que até com razão, mas não é por isso que vamos admitir que os Bancos Estaduais não têm importância alguma. Acho que neste momento, quando o Presidente do BANESTADO anuncia que suspendeu o Programa "Panela Cheia" na sua parte de investimentos, ele o faz até com muita responsabilidade, cumprindo determinação do Banco Central para continuar viabilizando esse BANESTADO como Banco de fomento, Banco de investimento, Banco de apoio à agricultura.

Acho que a decisão dele foi acertada, é uma questão temporária, acho que a preocupação dos Deputados é válida, mas temos que dar um tempo a ele que está agora reorganizando o Banco, para que ele possa, num futuro breve recomeçar realmente fazer com que o Banco financie e prestigie o pequeno agricultor.

Agradeço a atenção dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Encerrado o Horário destinado ao Pequeno Expediente.

Passamos ao Grande Expediente.

Não havendo oradores inscritos, passamos ao Horário das Lideranças.

No Horário do PFL concedo a palavra ao Deputado Élio Rusch.

O SR. ÉLIO RUSCH - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Usamos o espaço do PFL na Sessão de hoje para discorrermos sobre dois assuntos. Primeiro: agradecer ao Líder do Governo, Deputado Algaci Túlio fez, pela sua interferência e o convite que o Deputado Algaci Túlio, no dia de ontem, ao Presidente do BANESTADO, ao Fayet, e ao Secretário da Agricultura, Hermas Brandão, que vieram discutir, aqui na Assembléia Legislativa, com os Deputados de todos os Partidos que participaram, aqui no Salão Nobre desta da Assembléia Legislativa, do problema do "Panela Cheia".

O "Panela Cheia" sabemos que foi criado em 1991 pelo ex-Governador, e é um Programa que tem atendido os reclamos da classe rural do nosso Estado. Sabemos também, e que existem denúncias que o próprio programa fugiu de seus objetivos principais de atender o pequeno e o mini agricultor. Existem denúncias que grandes fazendeiros também se usaram desse programa. Não que sejamos contra, em absoluto, acho que esse papel até seria do Governo Federal, e não do Governo do Estado. O agricultor na verdade não quer saber de dólar, não quer saber de Bolsa de Chicago, não quer saber de TR, ele quer saber do produto, ele entende de quilo, de saca, de arroba, de litro, é isso que nosso agricultor entende, é o financiamento através da equivalência do produto.

E vimos na tarde de ontem que o próprio Presidente do Banco do Estado e o Secretário da Agricultura estão empenhados para viabilizar esses recursos e adequar esse Programa para seus objetivos e dar continuidade a esse programa sob o mesmo título, ou mesmo sob outro nome. Foi um gesto que tem tranquilizado de certa forma a esse Parlamento e esperamos que efetivamente os governantes, o Banco do Estado, o Governo do Estado continuem a sua luta para viabilizar a continuidade desse Programa.

Falamos ontem nesse encontro, o primeiro projeto que apresentamos aqui na Assembléia no dia 20 de março de 1991 era exatamente autorizar o Banco do Estado para fazer esses financiamentos. O ex-Governador vetou o nosso Projeto e alegou que não havíamos indicado as fontes dos recursos

que seriam utilizado nesse Programa, mas ficamos satisfeitos porque depois implantou o "Panela Cheia", igual, não da forma como queríamos, mas esperamos que ele seja readequado para sua finalidade e principalmente para o pequeno e mini agricultor do nosso Estado, já que temos hoje aproximadamente 470 mil propriedades rurais, e dessas 470 mil quase 90% são propriedades menos de 50 hectares, que comprova claramente que o nosso Estado é um Estado formado por propriedades rurais de pequenas propriedades, e devemos investir exatamente em cima da produção, aliás, o próprio Governador Jaime Lerner tem falado que o Estado tem que retomar o seu crescimento e tem que investir em cima da produção, e para que ele invista em cima da produção, nada melhor do que investir em cima da agricultura, e em cima da industrialização. Chega do Paraná perder as indústrias, chega de produzirmos matéria-prima para os outros Estados, é essa a atenção que devemos voltar para o nosso Estado.

O outro assunto: gostaríamos de fazer menção a eleição da AMOP, eleição da Associação dos Municípios do Oeste do Paraná, acontecido na última segunda-feira na Cidade de Cascavel. Duas chapas concorreram, uma encabeçada pelo Prefeito de Mal. Cândido Rondon, Ademir Bier, e outras encabeçadas pelo Prefeito Albino Corazza Neto, ex-Deputado, companheiro nosso, na Legislatura passada. Tentou-se de todas as formas viabilizar um entendimento para que não houvesse a disputa, esse foi o entendimento dos Prefeitos, de 51 Prefeitos da Região Oeste. Infelizmente isso não foi entendido por alguns Prefeitos, que entenderam de deveriam ter a disputa no voto. E acho que o Oeste do Paraná saiu ganhando, o Albino Corazza Neto foi o vencedor com 25 a 22 votos.

Gostaríamos de deixar isso registrado nos Anais dessa Casa porque entendemos que a Associação dos Municípios é uma entidade representativa de uma região e acima de tudo se faz necessário que exista uma afinidade política dos seus dirigentes com o Governo do Estado. (Lê):

"ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO
OESTE DO PARANÁ - A M O P
Cascavel, 21 de fevereiro de 1995.
DIRETORIA EXECUTIVA DA AMOP
PARA O ANO DE 1995

Presidente - Prefeito de Toledo ALBINO CORAZZA NETO

1º vice-Presidente - Prefeito de Missal LUCIANO KREUTZ

2º vice-Presidente - Prefeito de Vera C. do Oeste NELSON THOMAZINHO

Conselho Fiscal - Prefeita de Guaíra ADA

MAFALDA SILVEIRA; Prefeito de Braganey JOÃO CAFELETTI; Prefeito de Lindoeste GERALDO PEREIRA LACERDA

Conselho Fiscal - Suplente - Prefeito de Boa Vista da Aparecida OLDINO JOSÉ VIGANÓ; Prefeito de Formosa do Oeste ANTONIO FREGULHA; Prefeita de Ouro Verde do Oeste CLEUNICE ALVES.

Atensiosamente
Cristina Hotz
Secretária Executiva"

Essa foi a Chapa vencedora e para que fique registrado nos Anais dessa Sessão de hoje.

Muito Obrigado.

SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Deputado da Bancada do PSDB com a palavra.
(Declina).
PPR.

SR. JOÃO TECHY (Pela Ordem) - Sr. Presidente, Deputados, Prefeito, Líder do governo.

Estou iniciando hoje aqui na tribuna para demarcar mais ou menos, o que a gente pretende juntamente trabalhando aí com todos os Senhores.

Sou da Região Centro Sul, incluindo Prudentópolis, Imbituva, Ivaí. Sou médico, já fui vice-Prefeito e Prefeito por uma ocasião da Cidade de Prudentópolis e tenho a dizer que na área de saúde a gente atuou sempre atendendo às pessoas, atendendo aos carentes, nossa região sempre teve essa característica com que se chama o corredor da fome, então nossa região inclui e temos agora um representante que vai tentar minimizar o problema todo daquela região.

E nós como médicos conseguimos observar os problemas e no fim não é questão dos problemas de saúde, não é questão da área de saúde, e sim, da falta de emprego e da falta de melhores condições para os trabalhadores rurais.

E nessa questão de área rural quero ressaltar que às pessoas de lá, o povo, começou a se organizar, o pessoal do interior em associações. Queria dar um destaque para essa Associação de Produtores Rurais, que eles mesmos acharam uma fórmula até bastante fácil para resolver muitos problemas, por estarem unidos, aliados.

E essas associações de uns anos para cá já deram um bom desempenho, uma melhor produtividade, uma melhor distribuição de calcário, e tudo que foi recurso do Governo, essas associações hoje também são bem vistas até por pessoal estrangeiro, esses

dias tivemos visita de duas pessoas do Canadá e eles já notaram uma boa melhora, um bom desenvolvimento e conseguiram trazer mais alguns recursos para essas associações.

Isso começou porque a própria comunidade, enviou pessoal para lá numa peregrinação, incluindo o Padre Pedro, ele andou peregrinando (até por uma questão de fisiologismo). Foi para aquelas regiões e conseguiu em valores até muito mais de dois milhões de dólares aonde foram aplicados aos pequenos agricultores e gradativamente vem sendo colocado mais e mais recursos.

Quero mostrar essa posição aonde a própria comunidade resolveu formar essas associações e o meu trabalho daqui para frente, é trabalhar e comentar sempre a respeito do bom desempenho que eles vêm tendo até o momento.

Acho o trabalho excelente e gostaria do apoio e se maiores esclarecimentos possam ser dados, a gente pode inclusive facilitar isso em outras regiões que tenham o problema do agricultor tão carente, tão carente que os próprios planos de desenvolvimento, os programas de governo até não chegam a atingir aquele bem pequeno agricultor e os agricultores da nossa região são altivos, não se dão por perdidos, não querem virar bôias-frias, evitam migrar para as grandes cidades, ainda tentam sustentar-se ali naquela região.

Portanto quero esclarecer que já outras pessoas de outros lugares, de outras regiões, de outros países estão vendo com bons olhos o desempenho das associações de produtores rurais.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O PP está com a palavra. Deputado Augustinho Zuchi.

O SR. AUGUSTINHO ZUCHI - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Na verdade, o que traz à tribuna é para, mais uma vez e quem sabe, depois da reunião de ontem, tratarmos de um assunto que é parte do interesse nacional, que é a nossa agricultura. Aliás, problema da agricultura, eu ouvi atentamente nessa Casa, não só os comentários com relação ao programa "Panela Cheia" mas também ouvia o pronunciamento de V.Ex.^a companheiro desta Casa Deputado Belinati, que colocava com propriedade os problemas do êxodo rural, enfrentado pelos nossos agricultores do Paraná. Mas o êxodo rural na verdade, é uma consequência da política agrícola nacional que, a partir de 1970 deixou os nossos agricultores submissos, obedecendo um modelo implantado da nossa agricultura de exportação, inibindo o pequeno produtor

de diversificar a sua propriedade e a cada dia que passava, descapitalizando o nosso produtor. Sobrevivemos na agricultura, através de "pacotes". Aliás, no último "pacote" editado pelo governo federal, porque quando se faz um plano no país, o último dos "pacotes" é o que mais prejudica sempre, é aquele que açoita o lombo do nosso produtor, do nosso agricultor. Dizia lá: o "pacote" colocava as taxas referenciais para financiamentos agrícola, principalmente para o pequeno produtor a um juro barato, deixava o nosso agricultor com a possibilidade de fazer o seu financiamento, mas o pequeno agricultor ia até a agência bancária e não encontrava ali recurso para o financiamento, nas taxas editadas pelo próprio Banco Central, quando da colocação do "pacote" agrícola, no último plano econômico do governo.

De "pacote" em "pacote" os agricultores estão sofrendo e ultimamente aqui no Paraná, tivemos a oportunidade de acompanhar problemas de natureza muito grave com relação à nossa agricultura: a frustração de safra, os problemas da TR, aliás, o motivo de alento pelo grito de alerta que deram os produtores já em praça pública, também veio agora por decisão da Comunidade européia, de que o frango aqui do nosso Paraná não será comprado pelos países da Europa porque tem uma doença ou tem problemas de condução no manejo. Ora, quem vos fala aqui é um engenheiro agrônomo. Meu pai tem 8 alqueires de terra, é um pequeno agricultor, com um aviário de cem metros integrados, com uma empresa que compra a sua produção. Literalmente os agricultores hoje dormem dentro dos aviários, prestam toda a assistência técnica, cumprem toda a assistência técnica emanada da empresa que faz a integração dessa atividade.

Agora ainda nos deparamos com a dificuldade e com o escárnio com relação ao produto base que é o milho. Os nossos agricultores por uma desproteção do mercado nacional vendem o milho, quando vendem, porque no oeste e sudoeste, região a qual represento, muitos agricultores vão vender o seu produto e não têm a recepção da sua safra porque não encontram mercado. Aqueles que o fazem com um preço muito barato. Se analisarmos o custo de produção por hectare, aliado a dificuldade que os agricultores têm de corrigir os seus solos e conservá-los, obviamente os nossos agricultores perdem muito dinheiro e sobrevivem no campo muito mais pela sua obstinação do que por qualquer política agrícola nacional que pudesse dar a esse homem, verdadeiro herói da nossa Nação, que transforma o seu trabalho no sustentáculo dos planos econômicos que se sucedem, não tem ele nenhum incentivo que não seja

aquele de por origem e na verdade por ser um homem empreendedor por natureza, continuar trabalhando.

Fiquei satisfeito e quero aqui agradecer o Líder do Governo, nobre Deputado Algaci, que trouxe a esta Casa o Presidente do BANESTADO e o nosso companheiro desta Casa também, Deputado Hermas Brandão, Secretário da Agricultura. Permeiam pelos quatro cantos do Paraná as notícias com relação aquilo que foi publicado no jornal. Providencial, portanto foi esta reunião, mas incumbiu-me o nosso Líder do PP, nobre Deputado Sérgio Spada, para que aqui colocasse a posição da nossa Bancada com relação a esta questão. Após ouvido o Presidente do Banco, junto com demais Parlamentares que lá se encontravam, Sr. Presidente, Srs. Deputados, nós queremos e aguardamos os dados aqui falados com relação ao financiamento aos agricultores. É bem verdade que problemas podem ter havido no decurso da implantação e da execução desse programa, mas fazendo uma analogia simplória, se nós temos problemas nas estradas, se nós temos buracos nas estradas nós não vamos terminar com a produção de carros. É natural que se houver problemas têm que ser corrigidos, mas nós gostaríamos de receber esses dados para que aquilo que foi feito em desacordo com as normas do programa, tivessem o seu esclarecimento. Aliás esta Casa cumpre um papel fundamental, nobres companheiros Parlamentares, nós somos aqui a caixa de ressonância das aspirações da população e aqui aquilo que não é transparente deve vir à tona. São nas águas claras, cristalinas, transparentes que nós verificamos as pedras dos rios. Eu acho que aqui, se houver alguma pedra neste caminho, colocado tão bem pelo Governo anterior, nesse programa Panela Cheia para dar um alento aos nossos produtores, nós temos que fazer aflorar para discutirmos aqui, para chegarmos a uma conclusão aqui e para resolver esta questão, para que tudo aquilo que foi discutido aqui seja repassado como uma contribuição para adequação do programa naquilo que precisa ser adequado.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - Esta Presidência informa a V.Exa. que terá mais alguns minutos para concluir a sua oração.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI - Muito obrigado. Então, concedo o aparte ao nobre Deputado Spada.

O Sr. Sérgio Spada - Nobre Deputado Augustinho Zuchi, vejo, com satisfação o seu pronunciamento que demonstra o conhecimento que V.Exa. tem na questão agrícola, de modo geral e com relação, princi-

palmente ao Programa Panela Cheia.

Ontem tivemos a satisfação de receber nesta Casa, por uma deferência e a boa vontade do Deputado Líder do Governo, Deputado Algaci Tílio, o Presidente do BANESTADO, Dr. Luiz Antônio Fayet, e o Secretário da Agricultura, nosso colega, Deputado Hermas Brandão. Confesso a V.Exa. que, apesar do esforço e das explicações técnicas, formuladas por estes dois representantes do Governo, no dia de ontem, não saí convencido que o programa "Panela Cheia" vai continuar. Pelo contrário, saí de lá preocupado, até porque vejo que um dos maiores desafios do atual Governo vai ser, justamente, adotar uma política, na área agrícola, nas proporções na importância dos Governos, não do Governo anterior, dos Governos anteriores, que priorizaram a Agricultura e o resultado desse trabalho está aí, para todo mundo ver, foram altamente positivos.

Espero que, ouvindo os reclamos dessa Casa, o BANESTADO, a Secretaria da Agricultura e o Governo, como um todo, porque esta é muito mais uma decisão política do que técnica, continue implementando o Programa Panela Cheia, sem quebrar o ciclo produtivo do Paraná, o que seria um desastre para todos nós.

Agradeço o aparte.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI - Só para encerrar, Sr. Presidente, gostaria, por uma questão de justiça, evidentemente, colocar aqui da satisfação de nós termos recebido o apoio de companheiros da Bancada do Governo, com relação à continuidade deste Programa.

Também me alenta muito a boa vontade do Secretário da Agricultura, Deputado Hermas Brandão, que ontem mesmo na reunião, garantiu que é possível que nós tenhamos, já, na próxima safra a locação de recursos para financiamento de pequenos agricultores com relação ao custeio.

Aguardamos esta posição de Governo, do Banco do Estado, com relação a estes dados e estaremos sempre a postos, aqui, defendendo este que foi um Programa que deu alento aos nossos agricultores e que, com certeza absoluta, em nome da nossa Agricultura deve continuar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - PMDB com a palavra. Deputado Renato Adur.

O SR. RENATO ADUR - Sr. Presidente, Sra. e Srs. Deputados.

Na segunda-feira fizemos a defesa do Governo Roberto Requião, em relação aos investimentos na área de Educação no Estado do Paraná. Justificamos a atuação do Governo do Estado na Prefeitura de Ponta

Grossa, inclusive nos solidarizamos com o Deputado Zuk, que reclamava por questões de falta de mais verba para o setor educacional daquele Município. Concordamos com o Deputado Zuk, no entanto nos sentimos na obrigação de prestar alguns esclarecimentos, dos quais nós tínhamos conhecimento a respeito da realidade daquele Município. Não tenho interesses políticos em Ponta Grossa, não tenho reduto eleitoral na Cidade de Ponta Grossa, mas tenho a obrigação de zelar pelo que foi bem feito no Governo anterior, e pelo trabalho realizado pelo ex-Secretário Elias Abrahão, na Secretaria da Educação.

Fui contestado, na tarde de ontem pelo nobre Deputado Joselito Canto, idealista e defensor da terra dos Campos Gerais, Queremos parabenizá-lo pela sua dedicação à sua região.

Entretanto, cabe-nos, neste momento trazer algumas informações mais precisas a todos os Srs. Deputados a respeito desta questão. Dizíamos naquela ocasião que o Estado havia investido no Município de Ponta Grossa, que o Estado havia reformado quase que 95% das escolas do Município de Ponta Grossa, temos aqui documentos os quais eu terei o prazer de passar ao Deputado Joselito Canto, do que foi realizado nesse Município, inclusive citando as escolas que foram criadas de 1º Grau, da 5ª a 8ª séries, e também do 2º Grau, no Município de Ponta Grossa. Em 1991 foram criadas cinco escolas novas de 2º grau e 1º Grau do 2º Ciclo em Ponta Grossa, em 92 foram duas, em 93 foram duas, em 1994 foi uma, num total de dez escolas novas nesses últimos quatro anos no Município de Ponta Grossa para atender o segundo Ciclo do 1º Grau, bem como do 2º Grau.

Dizíamos naquela ocasião, e quero que fique bem claro, que nós lamentávamos que a Prefeitura de Ponta Grossa não houvesse integrado dentro do Projeto de Municipalização de ensino, apesar de ser questionado por alguns municípios do Estado. Porque nós dizíamos isso? E dizíamos inclusive com números que Ponta Grossa tem apenas mil e duzentos alunos da rede municipal de ensino. Até tomei a liberdade de comparar com o Município de Luiziania do nobre Deputado Nelson Tureck, que só em Luisiania, um município pequenino como é o nosso Município de Santa Maria do Oeste, como é Mato Rico, como é Nova Tebas, aqueles municípios tinham um número quase igual ao Município de Ponta Grossa.

Foi contestado ontem pelo Deputado Joselito Canto através de um demonstrativo da Prefeitura que diz que Ponta Grossa atendem 21.591, alunos. Correta a informação até certo ponto, Ponta Grossa tem mais do que 21.591 alunos, para ser mais exato, um total de 33.075 alunos. Só que o pró-

prio Prefeito diz aqui que a rede municipal de ensino é administrada pela Prefeitura Municipal de Ponta Grossa, e entre aspas, é "Fundação Educacional de Ponta Grossa". É aí que quero chegar. A Fundação Educacional de Ponta Grossa é uma entidade que recebe as verbas do Fundo Nacional de Educação, numa atitude inteligentíssima do povo pontagrossense, que criou uma fundação em determinada ocasião. Está aí o Deputado Zuk dizendo que foi ele que criou.

Parabéns ao Deputado Zuk. Uma atitude, uma iniciativa louvável de Ponta Grossa, em que ao invés de se submeter ao passeio do dinheiro do Fundo Nacional de Educação que as indústrias de Ponta Grossa contribuem, que vai até Brasília e depois retorna via Estado e depois via município, eles inteligentemente se utilizaram do texto claro da Lei e conseguiram fazer com que a indústria deposite o dinheiro diretamente em nome da Fundação de Ponta Grossa, e esse dinheiro seja carregado ao aluno diretamente.

Portanto, quem assume a educação básica de Ponta Grossa em 90% é essa Fundação Educacional. Reafirmo minhas palavras, foram informações que eu obtive inclusive no ano passado da Secretaria da Educação, que o Município de Ponta Grossa não tem mais do que mil e poucos alunos sob sua jurisdição dentro do seu limite constitucional do município. Foi-nos justificado pelo Deputado Joselito Canto que é repassado verbas do município para a Fundação.

Não questiono isto, não discuto, é legal, é constitucional, isso é o Tribunal de Conta é que define, o que eu quis dizer é que os alunos atendidos pelo Município de Ponta Grossa ficam aproximadamente dentro desse setor. Eu quero que Ponta Grossa tenha 100 mil alunos e que a Prefeitura aplique 200% na educação, me senti na obrigação de defender os investimentos do Governo do Estado dentro do Município de Ponta Grossa.

Eram essas as informações, e a nossa preocupação é que em não municipalizando Ponta Grossa ela ficará de fora do Projeto de melhorias da qualidade de ensino deste Projeto Extraordinário que foi aprovado nesta Casa de Leis. Um Projeto na Ordem de 210 milhões de dólares, dos quais temos quase 60% desta verba que será destinada para melhoria da rede física e equipamento das escolas do Paraná.

Os Municípios de Cascavel que também corre o mesmo risco e o de Ponta Grossa e mais alguns, terão dificuldade dentro do próprio Governo de se integrarem dentro do Projeto de melhoria da qualidade de ensino. E foram essas as minhas colocações, porque acho que o nobre Deputado Joselito Canto, mais o Deputado Zuk, devem agora atentar para este detalhe, porque se Ponta

Grossa, segundo foi dito, já teve dificuldade de alocação de recursos no passado poderá tê-los mais ainda se não se atentarem para esse detalhe da qualidade de ensino, que se inicia agora com o grande sistema de distribuição de material didático para alunos da 5.^a a 8.^a Série, para quase um milhão de alunos do Estado do Paraná, num Projeto inédito deste Estado e que a Secretaria da Educação vem envidando todos os esforços para que seja cumprida essa tarefa no tempo hábil de 30 de março. Além disso tem todo o projeto de melhoria, construção e reconstrução, reforma, equipamento e reequipamento de toda esta, rede levando o Paraná a um ensino de primeiro mundo.

Então só gostaria de prestar esses esclarecimentos. A questão dos 14% que foi nos questionado; as informações que o município não aplica 14% mais 14%, recebi de um outro colega de Ponta Grossa, o Deputado Plauto Miró Guimarães. Portanto, essas informações repassei como recebi. As demais tenho aqui os documentos e terei imenso prazer em repassar ao Deputado Joselito Canto e ao Deputado Zuk, bem como me colocar à disposição para ajudar e trabalhar por Ponta Grossa como fazemos em nossos municípios, porque educação não é só uma questão de região eleitoral, educação é uma obrigação de todo o cidadão brasileiro, porque sem educação esse País não vai para frente.

Muito obrigado, Senhor Presidente!

Concedo o aparte ao companheiro, se o Presidente permitir.

O Sr. Joselito Canto - Obrigado pelo aparte, companheiro Adur.

Só gostaria de destacar que recebi essas informações do Prefeito Municipal e elas vêm assinadas e constituem-se num documento e não de um pronunciamento. E o nosso Prefeito de Ponta Grossa pode ter até mil colocações que se façam dele: que ele é lento, que às vezes o chamam de "Prefeito Devagar", mas tem uma coisa muito boa nesse Prefeito e que admiro, e acho que todos o admiramos por isso, por ser uma pessoa honesta, uma pessoa correta, e ele diz aqui no documento que me passou, e estou trabalhando em cima de um documento assinado e não em cima de uma suposição que alguém me disse que Ponta Grossa aplicou 14%. Até lastimo que isso tenha partido de nossa cidade, que alguém tenha dito que só se aplicou 14%.

Então gostaria de deixar claro que a Prefeitura deixa claro aqui, através desse documento, que a Prefeitura Municipal de Ponta Grossa aplicou na educação, da receita do município, Senhor Deputado, 33.52 e 29.28 respectivamente no exercício de 93 e 94.

Esse é um documento, e esse documento tem assinatura, tem validade, eu gostaria de deixar claro. Farei questão de questionar o Prefeito, quanto ao que se refere a municipalização. O que me sinalizou a Prefeitura é de que muitos municípios não receberam as verbas até o final, por isso é que Ponta Grossa não quis.

Muito obrigado Deputado, obrigado Senhor Presidente!

O SR. RENATO ADUR - Obrigado pelo aparte.

Só para concluir. Estarei encaminhando à V.Exa. a relação com o nome das escolas que V.Exa. poderá constatar pessoalmente em Ponta Grossa que foram criados os cursos, e o documento da própria Secretaria com o total exato de alunos desde 1.^a a 8.^a Série, Segundo Grau, bem como alunos de Supletivo e Educação Especial de Ponta Grossa. E a questão da Fundação, se o município repassa à Fundação ou não repassa, é aquilo que eu disse, o problema é do Tribunal de Contas. A verdade é que o município, pelas contas que temos atende pouco mais de mil alunos dentro da área do município.

Agora, a Fundação Educacional, uma iniciativa inteligente do Deputado Zuk, de quando Prefeito de Ponta Grossa, é louvável e hoje assume praticamente 90% do ensino básico de Ponta Grossa. Lamento pela qualidade de ensino e pediríamos se pudessemos somar esforços para que Ponta Grossa não perdesse esses recursos.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra ao PT.

(Declina).

Ao PDT. Com a palavra, o Senhor Deputado Valdir Rossoni.

O SR. VALDIR ROSSONI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Venho à tribuna desta Casa com muita honra ao assumir a Liderança da Bancada do PDT. Ser Líder de um Partido, onde tem figuras eminentes e ilustres como Antonio Belinati, como Luiz Carlos Zuk, como Luiz Carlos Martins, como Algaci Túlio, homens de experiência legislativa, homens que têm uma liderança no Estado do Paraná, para mim, é um motivo de orgulho e satisfação. Deus queira que eu tenha a capacidade de representar esta Bancada tão importante desta Casa nesses próximos anos e que consiga ser o Líder que os meus companheiros esperam.

Quero também aproveitar a oportunidade para cumprimentar a todos os Líderes aqui presentes: o Líder do PMDB, Caíto Quintana, do PP, Sérgio Spada; o Líder do PT, Vanhoni; o Líder do PSDB, Cezar Silvestri; o Líder do PTB, Nelson Justus; do PPR Cezar Seleme e do PSC, o Joselito Canto.

Senhores, ao iniciarmos os trabalhos nesta Casa, já nos deparamos com um problema que ocorreu por divulgação da questão do "Panela Cheia". Nós, como Líder do PDT, temos a obrigação de voltar à tribuna para deixar bem claro esta questão, porque o que está parecendo para a imprensa e para a população do Paraná, de quem está causando esta dificuldade aos agricultores do Paraná, é o governo Jaime Lerner e muito pelo contrário, que isto está acontecendo devido a atitudes tomadas pela Diretoria anterior do BANESTADO. Quem paralisou o programa "Panela Cheia", foi então no governo Mário Pereira e não foi no governo Jaime Lerner. A preocupação sim, do Governador Jaime Lerner, é de ter a preocupação de viabilizar recursos para que um programa que tenha condições de atender aos pequenos e micros agricultores do Estado do Paraná.

Quero deixar aqui aos companheiros do PMDB e do PP que foram os que mais falaram sobre o assunto, quero deixá-los tranquilos, que a preocupação do governo Jaime Lerner e a capacidade do nosso Governador e da sua equipe, vocês podem ter certeza absoluta que vamos implementar um programa agrícola neste Estado de que não deixaremos a população do Estado do Paraná ter saudades de outros programas que foram implementados por outros Governos. Tenho certeza absoluta de que no Governo Jaime Lerner, no nosso Governo, vamos trazer de volta aqueles paranaenses que daqui foram embora por falta de oportunidade. Quero tranquilizar aos Líderes e aos companheiros que tenho certeza absoluta que daremos a resposta que o povo do Paraná confiou nas urnas e elegeu o nosso Governador Jaime Lerner.

Nós também, Senhores Deputados, estamos assumindo o Governo do Estado e gostaria que a população do Estado do Paraná e os companheiros soubessem que estamos assumindo um Governo que não é esta maravilha que está sendo divulgada a nível do Estado do Paraná.

Sei que o pronunciamento deste Deputado talvez não seja o pronunciamento que os colegas estavam esperando, mas nós temos aqui num futuro próximo algumas sugestões a serem debatidas com as pessoas que governaram este Estado, questões de profunda urgência e de gravidade. Por exemplo, temos aqui que discutir com os companheiros, a questão da SANEPAR que se encontra financeiramente em péssimas condições.

Temos aqui para discutir com os companheiros, a questão do funcionalismo público do Estado do Paraná, que é uma vergonha para nós Parlamentares que deixamos os funcionários públicos do Estado do Paraná na situação em que se encontram hoje, principalmente os professores do Estado do

Paraná. Se não investirmos em educação, como não foi investido, deixaremos a situação da educação do Estado do Paraná em péssimas condições, como nós encontramos agora que estamos assumindo o Governo.

Também temos que discutir aqui num futuro próximo as questões do BANESTADO. Tem muito que discutir aqui na questão do BANESTADO e nós aqui num futuro próximo, com números, traremos aqui aos colegas Deputados para que isto seja discutido.

Ao encerrar estas minhas palavras, gostaria que ficasse claro à imprensa do Paraná e aos Senhores Deputados de que nós vamos mostrar ao Paraná, a maneira de se governar um Estado e uma maneira diferente. Por isso acredito sinceramente que esta questão do Panela Cheia vai ser num futuro próximo uma questão menor porque nós daremos a mostra da competência na questão da agricultura e eu serei aqui e sou aqui um Deputado que represento o interior do Estado do Paraná.

Também sou um Deputado que represento a maioria dos meus eleitores, são pequenos agricultores e eu serei um guardião das questões da agricultura no Estado do Paraná.

Agradeço.

O Sr. Orlando Pessuti - Concede-me um aparte, Deputado?
(Assentimento)

Deputado Valdir Rossoni, não é nossa intenção, evidentemente, polemizarmos mais acerca da questão "Panela Cheia", "Bom Emprego", BANESTADO, mas entendo que a bem da verdade e da necessidade de esclarecer devidamente as coisas nós temos que fazer uma leitura dentro daquilo que evidentemente está escrito nesta carta do dia 2 de dezembro de 94, assinada por um Gerente de Divisão, substituto, e pela Engenheira Agrônoma Lillian, da Diretoria de Créditos Rurais, Agroindustriais do BANESTADO.

Quero acreditar que ao assinarem esta correspondência deveriam ter eles autorização superior para assim procederem, embora não seja uma carta firmada pelo Presidente do Banco, à época, o ex-Deputado Norton Macedo, e muito menos pelo Governador Mário Pereira, mas ficou claro e fica claro a qualquer um de nós, que diz no parágrafo 1º - "comunicamos que as operações da carteira de crédito rural e agroindustrial, pendentes e em negociação devem estar contratadas até o máximo dia 20/12". E no final, o último parágrafo, que é realmente a razão da informação de Vossa Excelência, diz que: "informamos que em 1995 os Programas Panela Cheia e Bom Emprego estarão paralisados e só serão reabertos após autorização superior".

O que é que a gente depende desta situação? Não sei porque não falei com eles

se o Governador Mário Pereira determinou esta medida, de que as operações fossem contratadas somente até 20/12, e que o Panela Cheia em 95, só funcionaria mediante autorização superior.

Mesmo não sabendo se agiu dessa forma, e procuraremos saber oportunamente, entendo que o Governador Mário Pereira, agiu, no mínimo, com dignidade e com respeito ao futuro Governo que assumiria, como assumiu no dia 1º de janeiro.

Não procurou o Governador Mário Pereira avançar o sinal, procurou, dentro do seu período, cumprir com as suas obrigações, vinham na sequência do Governo Roberto Requião.

Agora, está escrito aqui: "serão reabertos após autorização superior", e essa autorização superior não aconteceu no atual Governo! Então aquilo que estava paralisado naquele momento com todas as demais questões de Governo foram paralisadas, como até se recomenda num final de ano e principalmente num final de Mandato, que as coisas terminem num período para que possa se preparar o Governo que vai assumir.

Para isso, inclusive se constitui o Governo de transição. Se tudo isso que estava paralisado não foi reaberto agora é motivo para nós nos preocuparmos, porque no início de um Governo é o momento em que o Governo diz o que vai fazer, diz a todos nós como pretende se conduzir à frente do Estado do Paraná.

E estamos recebendo, neste momento, o programa de Governo do Deputado Hermas Brandão, que diz aquilo que pretende fazer, em favor do pequeno agricultor, na Secretaria da Agricultura, e quem fizer uma leitura detalhada do seu programa vêem que todos estes aspectos do "Panela Cheia" lá estão contemplados.

De outro lado a gente vê uma informação de que o programa está suspenso, que em 95 não vai ter e só em 96, com outros nomes, com outras modalidades.

Então, se ele estava paralisado, tudo bem, mas não se reiniciar um programa, no início de um Governo é evidente que é passar, todos nós uma informação que não se pretende levar adiante este programa que não é aprovado apenas pelo Pessuti, mas, eu acredito, por todos os Deputados.

O SR. VALDIR ROSSONI - Senhor Presidente, gostaria de usar alguns minutos da Liderança do Governo, para encerrar o meu pronunciamento.

Senhor Orlando Pessuti, pela dedução que tenho feito e pelo pronunciamento que Vossa Excelência fez, neste aparte, estou vendo que a sua grande preocupação é que o programa não mude de nome.

E não é essa a nossa preocupação. Vos-

sa Excelência pode ter certeza, como já disse anteriormente, nós vamos implementar um programa agrícola, neste Estado, que não deixará saudades de outros programas.

Disso o Senhor, não tenha dúvidas, sei da sua preocupação e da sua luta, em favor da agricultura. Agora nós não podemos negar a verdade. Nós não queremos também que o povo do Paraná pense que foi o Governo Jaime Lerner que parou o Programa.

Não só vim aqui nessa tribuna para deixar claro aos paranaenses que quem parou o Programa Panela Cheia foi o então Governador Mário Pereira.

Se não foi ele que mandou paralisar o Programa mas um subordinado dele e que exercia um cargo de confiança.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Não havendo mais oradores inscritos no Horário das Lideranças.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 48 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei Complementar de autoria do Senhor Deputado Neivo Beraldin, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente, solicitando votação em bloco para as proposições constantes dos itens 02 e 03 da Ordem do Dia da presente sessão. **Aprovado.**

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Senhor Presidente, com relação aos itens quatro, cinco e seis e sete da Ordem do Dia, consulto a Vossa Excelência se não seria o caso de nós adotarmos o que dispõe o artigo 250, do Regimento da Assembleia que diz: "Serão arquivados em qualquer fase de sua tramitação as proposições apresentadas em Legislaturas anteriores".

Não se aplicando, evidentemente nestes casos, os Projetos oriundos de mensagens Governamentais, os vetos, e os Projetos de origem da Mesa. Por se tratar de Projetos de autoria dos Senhores Deputados, eu entendo que o artigo 250 da Assembleia determina que eles devam estar devidamente arquivados e não constantes na Ordem do Dia de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Esta Presidência entende que os Projetos que têm parecer das Comissões deveriam continuar sendo apreciadas neste novo período Legislativo, mas baseado na experiência de Vossa Excelência eu determino que se arquivem os Projetos, que, mesmo

com pareceres estejam na Ordem do Dia ou não estejam.

Aprovado o Requerimento do Deputado Algaci Túlio, votação do item 1º.

De conformidade com o requerimento acima aprovado, passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme Avulso distribuído aos Senhores Deputados.

ITEM 01

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 049/93, veto apostado ao Projeto de Lei nº 038/93, de autoria do Deputado Grassano que estabelece normas legais para programas habitacionais financiados e gerenciados pelo Poder Público, ou que contem com recursos orçamentários do Estado, e que dizem respeito à construção de creches e postos de saúde nos conjuntos, conforme especifica.

Ofício/DTL/SAT Nº 234/93.

Curitiba, 03 de agosto de 1993.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 161/93, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII e na conformidade do disposto no § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 038/93, por julgá-lo contrário ao interesse público, pelas razões adiante expostas.

Objetiva o autógrafo estabelecer normas legais para programas habitacionais financiados e gerenciados pelo Poder Público, ou que contem com recursos orçamentários do Estado, e que dizem respeito à construção de creches e postos de saúde nos conjuntos, conforme especifica.

Sem embargo do reconhecido alcance social, o questionado plano de lei, pela forma como trata da matéria, não pôde merecer acolhimento, uma vez que gera considerável despesa adicional ao custo de construção dos mencionados conjuntos habitacionais, ônus esse que, obviamente, será de responsabilidade do Estado. Esta assertiva, dá à medida acentuado caráter de inconstitucionalidade, eis que, embora prevendo a possibilidade de abertura de créditos suplementares, virá ensejar dispêndios financeiros não especificamente constantes da vigente "Lei de Meios".

Essas as razões que me levaram a vetar o Projeto de lei que, em anexo, restituo a essa Colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(Projeto de Lei nº 38/93 foi publicado no D.A. nº 08 de 02.03.93).

Os Srs. Deputados que forem favoráveis à manutenção do veto deverão se manifestar votando com as cédulas que contêm a expressão sim, os contrários utilizarão as cédulas que contêm a expressão Não.

O Sr. 1º Secretário fará a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Luiz Carlos Martins)
Procede à chamada nominal.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Luiz Carlos Martins)
Termina chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Quarenta e um Senhores Deputados presentes.

Designo Comissão constituída pelos Deputados Duílio Genari, Durval Amaral e Edno Guimarães, para constituírem a comissão escrutinadora. Deputado Ricardo Chab.

(Pausa)

Votaram quarenta e um Senhores Deputados, 29 "SIM", 11 "NÃO" e 1 "NULO".

Mantido o Veto.

Prossegue a Votação dos Vetos nºs. 67/93 e 69/93. Os dois vetos serão votados de uma só vez.

ITEM 02

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 067/93, veto aposto ao Projeto de Lei nº 230/93 de autoria do Deputado Nilton Barbosa que autoriza o Poder Executivo a estadualizar o trecho rodoviário que especifica. (Tapira ao Distrito de Santa Felicidade).

Ofício DTL/SAT Nº 263/93.

Curitiba, 21 de setembro de 1993.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento ao Ofício nº 239/93, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII, combinado com o § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 230/93, por julgá-lo inconstitucional em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafa autorizar o Poder Executivo a estadualizar o trecho rodoviário que liga o município de Tapira ao distrito de Santa Felicidade.

O Projeto de lei em epígrafe deixou de merecer acolhimento, dada sua flagrante inconstitucionalidade, porque, implicando em despesas não previstas na "Lei de Meios", fere o mandamento contido no art. 135, da Constituição Estadual.

Ademais, inobstantemente à inconstitucionalidade apontada, vale ressaltar que o Poder Executivo não tem condições de suportar encargos de tal natureza, também pelo fato de as máquinas e equipamentos,

assim como os recursos humanos do DER estarem, todos, voltados aos trabalhos nas obras rodoviárias em andamento, inclusive as de conservação de estradas e as em execução nas microbacias, conforme prevê o vigente Sistema Rodoviário Estadual.

Esses os motivos que me levaram a vetar o Projeto de lei que, em anexo, restituo a essa Colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(Projeto de Lei nº 230/93 foi publicado no D.A. nº 69 de 01.06.93).

ITEM 03

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 069/93, veto aposto ao Projeto de Lei nº 232/93 de autoria do Deputado Nilton Barbosa que autoriza o Poder Executivo a estadualizar o trecho rodoviário que liga o Município de Iporã ao Município de Altônia.

Ofício/DTL/SAT nº 265/93.

Curitiba, 21 de setembro de 1993.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 241/93, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII e na conformidade do disposto no § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 232/93, por julgá-lo contrário ao interesse público, eis que não tem objeto porque a questionada rodovia já pertence ao Sistema Rodoviário Estadual.

Esse o motivo que me levou a vetar o Projeto de lei que, em anexo, restituo a essa Colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(Projeto de Lei nº 232/93 foi publicado no D.A. nº 69 de 01.06.93).

O SR. 1º SECRETÁRIO (Luiz Carlos Martins)
Procede à chamada nominal dos Srs. Deputados para Votação dos Vetos.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Termina a Chamada Nominal.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Votaram 39 (trinta e nove) Senhores Deputados.
Designo a mesma comissão da escrutinação anterior.

Deputados Ricardo Chab, Edno Guimarães e Orlando Pessuti.

A Comissão escrutinadora anuncia o seguinte resultado:

(31) Trinta e um votos "SIM".

(08) Oito "NÃO".

Estão mantidos os vetos.

Por determinação do Senhor Presidente, os Projetos de Lei nºs 295/92, 143/92, 309/93 e 167/94 serão arquivados.

ITEM 04

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 295/92, de autoria da Deputada Lygia Puppato, que dispõe sobre a obrigatoriedade de atendimento nos casos de aborto no Código Penal, pelo Sistema Único de Saúde, conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. e C.S.P..

ITEM 05

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 143/92, de autoria do Deputado Rafael Greca de Macedo, que autoriza o Poder Executivo a celebrar convênio com Município de Curitiba e Municípios que integram à Região Metropolitana e a Bacia Hidrográfica do Rio Iguaçu, para exploração dos serviços públicos de abastecimento de água potável, de implantação de esgotos sanitários e promoção de saneamento básico. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F.. (Publ. no D.A. nº 66 de 20.05.92).

LCM/AL/3203/92

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 143/92

P A R E C E R:

Trata-se de projeto de lei autorizatório, em que o autor propõe que o Poder Executivo firme convênios com o Município de Curitiba e os demais que compõem a Região Metropolitana e da bacia hidrográfica do Rio Iguaçu, visando explorar os serviços públicos de abastecimento de água potável, de implantação de esgotos sanitários e promoção de saneamento básico.

Não existe qualquer empecilho de ordem legal, que possa impedir a tramitação regimental deste Projeto de lei. Opinamos favoravelmente à sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 26.10.92.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

LUIZ CARLOS MARTINS - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 143/92

P A R E C E R:

O presente Projeto de lei, de autoria do Deputado Rafael Greca de Macedo, que autoriza o Poder Executivo a celebrar convênios com o Município de Curitiba e os Municípios que integram a Região Metropolitana e a bacia hidrográfica do Rio Iguaçu, para explorar os serviços públicos de

abastecimento de água potável, de implantação de esgotos sanitários e promoção de saneamento básico.

A proposta foi analisada pela Comissão de Constituição e Justiça, que em seu parecer, manifestou-se favoravelmente à sua aprovação.

No âmbito desta Comissão não há nada que impeça a normal tramitação do referido Projeto de Lei.

Nestas condições, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 16.11.92.

(aa) LOURENÇO FREGONESE

Presidente e Relator

ITEM 06

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 309/93, de autoria do Deputado Orlando Pessuti, que concede o Título de Cidadania Honorária "POST-MORTEM" a Giuseppe Garibaldi.

PROJETO DE LEI Nº 309/93

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica concedido o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná, "POST-MORTEM", a Giuseppe Garibaldi.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28.06.93.

(a) ORLANDO PESSUTI

JUSTIFICATIVA:

Giuseppe Garibaldi nasceu em Nice, na França, em 04/07/1807.

Patriota, libertador e revolucionário italiano, cognominado "O Herói de Dois Mundos".

Maçom, filho de um marinheiro de origem genovesa, entrou para a marinha mercante da Sardenha, comandando uma brigada em 1830, e fazendo numerosas viagens.

Aderiu em 1833 ao movimento "jovem Itália", de Mazzini. Por volta desta época, envolveu-se em uma conspiração que visava lutar contra o despotismo reinante.

Encontrou-se então comprometido com a sublevação de Gênova em 1834, e fugiu para o território francês, enquanto a sua condenação à morte era publicada na Itália.

Foi assim que veio para o território brasileiro.

Em 1836, recebeu um comando do General farroupilha Bento Gonçalves, dando continuidade aqui a luta por seus ideais revolucionários. Sua bravura e espírito destemido até hoje permanecem como Lenda por todos os lugares em que passou.

Já em 1838, conheceu Ana Ribeiro da

Silva, Anita Garibaldi, com quem juntou-se ao ser proclamada a república Juliana, por ocasião da Revolução Farroupilha.

Anita foi a notável mulher que durante anos acompanhou nas suas campanhas, e com quem fugiu para Montevidéu em 1840.

No Uruguai, formou a "Legião Italiana" para lutar contra os chamados blancos de Rosas.

Ao receber a notícia da sublevação da Itália do Norte contra a Áustria, em 1848, tratou imediatamente de partir para a Europa, a fim de participar na luta ao lado dos seus conterrâneos liberais, formando no Piemonte um exército de voluntários.

Aderiu depois ao Governo Revolucionário em Roma, defendendo a cidade das forças francesas, em junho e julho de 1849.

Era uma árdua retirada através de distritos ocupados por forças austríacas, navegou com sua heróica esposa em um pequeno barco de pesca em direção a Veneza. Percebendo que estavam sendo perseguidos por navios austríacos foram para terra firme em um local ermo. Exausta pelos perigos e esforços da fuga, Anita expira nos braços do marido, deixando com ele as tantas lembranças da companhia fiel na vida afetiva e ideária.

Giuseppe chega por fim a Gênova, onde embarcou para Tunes. Exilou-se, depois em Staten Island, nos Estados Unidos, e retornou à América do Sul, comandando um navio mercante na costa do Pacífico.

Voltou para a Itália em 1854, para morar na Ilha de Caprera, perto da Sardenha.

Quando, em 1859, estourou a guerra com a Áustria, assumiu o comando da brigada dos "Caçadores dos Alpes", derrotando o inimigo em uma série de batalhas.

Em 1860, organizou a expedição dos "mil camisas vermelhas", que na verdade se tratavam de 1.089 combatentes, para conquistar o Reino de Nápoles.

Desembarcou em maio do mesmo ano em Marsala, na Sicília, e quatro dias depois derrotou o exército inimigo em Calatafimi.

Em setembro, entrou em Nápoles e no mês seguinte destruiu o resto das tropas dos Bourbons em Voltorno.

Voltou à política como deputado em 1861, porém, retornando à antiga perseguição ideológica que sofrera anteriormente, fôra aprisionado quando marchava sobre Roma. Libertou-se, graças a um decreto de anistia.

Em 1864, foi recebido entusiasticamente em Londres.

Quando, em 1866, estourou a guerra contra Áustria, comandou no Tirol um exército de 35.000 voluntários, vencendo 6 batalhas em 17 dias.

Retornou à sua casa em Caprera, e só voltou a combater em 1870, quando derrotou

os alemães em Chatillon, Autun e Dijon.

Foi eleito deputado pelo parlamento francês, mas abandonou o mandato para, em 1874, ser eleito deputado por Roma.

Passou o restante de sua vida pregando os ideais revolucionários pelos quais tanto lutara, e só aceitou receber uma pensão do Governo quando, em 1876, subiu ao poder um Gabinete de esquerda.

Com Mazini e Cavour fez a unificação da Itália, e por esta razão é considerado seu Grande Libertador.

Giuseppe Garibaldi ficou conhecido por seu espírito destemido, por seu ímpeto libertário, e por ter se firmado como um dos maiores mestres na história da estratégia militar revolucionária de todos os tempos.

Lei n. 6358

Data 05 de setembro de 1906

Órgão: Dispõe sobre a remessa à Assembleia Legislativa do Estado de cópia integral e autêntica de todas as peças que compõem uma licitação e adota outras providências.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

decretou e eu sanciono a seguinte lei

Art. 1º. Os responsáveis pelo processamento de qualquer modalidade de licitação, de valor igual ou superior a mil réis,

o Maior Valor de Referência, relativo à execução de obras de prestação de serviços, fornecimento de materiais ou de mão-de-obra, alienação de bens, concessão de serviços públicos, ou qualquer outro tipo, da Administração Direta, Indireta, Autárquica ou vinculadas, ficam obrigados a remeter à Assembleia Legislativa, cópia integral e autêntica de todas as peças que compõem uma licitação desde a publicação do edital até a ata ou termo de minuta de contrato a ser assinado.

§ 1º. Ficam, também, obrigados a remeter, ao final do pagamento da licitação, a comprovação do custo final da contratação.

§ 2º. A remessa das cópias integrais e autênticas das peças apontadas no Art. 1º, § 1º, deverá ser feita no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, contados da data de realização de cada ato

Art. 2º. Os documentos enviados à Assembleia Legislativa, nos termos do Art. 1º e seu § 1º, serão encaminhados à Comissão de Finanças e Comissão de Orçamento, para formação de processo relativo a cada uma das licitações que ficarão a disposição de qualquer deputado estadual que deseje consultar.

Art. 3º. A Assembleia Legislativa, deverá adequar as Comissões de Finanças e Orçamento, tanto em material, quanto em pessoal para cumprimento desta Lei, utilizando-se verbas orçamentárias próprias.

Art. 4º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO EM CURITIBA, em 05 de setembro de 1906.

ASSANDO JORGE DE OLIVEIRA CARNEIRO

Governador do Estado,

em exercício.

JOSÉ CARLOS CAMPOS HIDALGO

Secretário de Estado da Administração

JUSTIFICATIVA:

Platão nos ensinou: "Quem se baseia em Princípios, mesmo no escuro, não tropeça e não se perde".

A defesa do Princípio Constitucional da Publicidade dos Atos Públicos, mandamento até supra constitucional, essencial ao atendimento de outros Princípios, o da moralização dos atos públicos (Princípio da Moralidade), e cunho fundamental da presente iniciativa legislativa.

A Proposta visa obrigar que todas as peças documentais oriundas de licitação na Administração Direta, Indireta, Autárquica ou Vinculada do Estado do Paraná, sejam registradas nos Cartórios de Registros Públicos de Títulos e Documentos, para perfeita informação e publicidade à sociedade paranaense, antes da obrigatoria remessa à Assembleia Legislativa.

Não há o que falar em burocratização, e sim no fortalecimento da principal função institucional deste Poder Legislativo, a fiscalização dos atos públicos, principalmente os do gestor do dinheiro público, o Executivo Estadual.

PUBLICIDADE DAS LICITAÇÕES MEDIANTE UTILIZAÇÃO DOS REGISTROS PÚBLICOS

Este foi o tema de brilhante trabalho realizado pelo emérito jurista Adilson de Abreu Dallari, publicado em extrato no Jornal O Estado de São Paulo no dia 22 de maio de 1991, às páginas 22 (anexo integrante desta justificativa).

Argüido o interesse público da medida proposta, solicitamos o apoio dos nobres pares desta Casa de Leis ao Projeto de Lei que ora apresentamos, por se tratar de matéria justa, legal e meritória.

ITEM 07

1.ª DISCUSSÃO - Projeto de Lei nº 167/94 autoria do Deputado Nelson Justus, torna obrigatório o registro em cartório de títulos e documentos de toda a documentação remetida à Assembleia Legislativa, constante da Lei nº 8.358 de 1986. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA C.C.J.. (Publ. no D.A. nº 56 de 11.05.92).

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 167/94**

P A R E C E R:

O plano de lei em exame torna obrigatório o registro em Cartório de Título e Documentos de todos os documentos licitatórios remetidos a Assembleia Legislativa, constantes da Lei 8.358 de 05.09.86.

A matéria demonstra uma louvável preocupação com a publicidade do ato público, que aliás é um dos requisitos essenciais da licitação e de extrema importância administrativa. Entretanto, como a Lei Fed-

eral 8.666/93 dispõe em seu § 3º do art. 3º que a "licitação não será sigilosa, sendo públicos e acessíveis ao público os atos de seu procedimento, salvo quanto ao conteúdo das propostas, até a respectiva abertura", entendemos que o acesso do público poderá ser dificultado pelo pagamento de certidões e das peças licitatórias. Tornar gratuito este serviço a qualquer interessado seria uma alternativa, já que os cartórios são concessões oficiais. Todavia, cremos que dará melhor resultado se na própria Lei 8.358, em seu art. 2º, seja permitido também a consulta a qualquer interessado, além do deputado estadual.

De outro lado, considerando ainda que a Lei Estadual 8.358 encontra-se defasada no tempo, e principalmente não condiz com as disposições expressas na Lei 8.666/93, aproveitamos para atualizá-la e tornar concreta a idéia básica do projeto em tela, viabilizando o acesso a todos os interessados, através da emenda anexa. Logo, emitimos parecer favorável à proposição, desde que integrada pela substitutiva incluída.

Sala das Comissões, em 28.06.94

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

ERNANI PUDELL - Relator

EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL

PROJETO DE LEI Nº 167/94

P A R E C E R:

Art. 1º - Ficam revogados os arts. 1º e 2º da Lei 8.358 de 05 de setembro de 1986.

Art. 2º - Os responsáveis pelo processamento das modalidades de licitação de concorrência, tomada de preços e convite, além de observar os limites de valores estipulados no art. 23 da Lei 8.666 de 01 de junho de 1993, ficam obrigados, bem como os responsáveis pelo concurso e leilão, a remeter à Assembleia Legislativa do Paraná cópia integral e autêntica de todas as peças que compõem a licitação desde a publicação do edital até a data ou termo de minuta de contrato a ser assinado.

§ 1º - Ficam, também, obrigados a remeter, ao final do pagamento da licitação, a comprovação do custo final da contratação.

§ 2º - A remessa das cópias integrais e autênticas das peças, apontadas no art. 2º § 1º deverá ser feita no prazo máximo e improrrogável de 30 (trinta) dias, contados da realização do ato.

Art. 3º - Os documentos enviados a Assembleia Legislativa, nos termos do art. 2º e seus parágrafos serão encaminhados, no mesmo dia em que forem recebidos por este Poder, às Comissões de Finanças e

Fiscalização, ficando os mesmos à disposição de qualquer do povo interessado, além dos Deputados Estaduais.

Art. 4º - No caso de interesse de uma cessão de fotocópia dos documentos, o interessado poderá retirá-la, ante assinatura de um termo de compromisso, que gere os efeitos e consequências legais previstas no Código Penal, principalmente em seu art. 168 apropriação indébita, e civis, quanto a reparação de dano.

Sala das Comissões, em 14.06.94

(a) ERNANI PUDELL

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sobre a mesa, Requerimento nº 152, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs. 154 e 155, de autoria do Sr. Deputado Joel Coimbra, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 156, de autoria do Sr. Deputado Doutor Rosinha, constante do expediente. **Em Discussão.**

O SR. ÉLIO RUSCH (Pela Ordem) - Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Já que Vossa Excelência insiste, concordo com Vossa Excelência, embora esse Requerimento não tenha a importância para solicitar o adiamento.

Adia-se a discussão para a próxima sessão na forma do Artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 157, de autoria do Sr. Deputado Marquinhos Alves, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 158, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 159, de autoria do Sr. Deputado Nelson Tureck, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs. 167 e 164, de autoria do Sr. Deputado Cesar Seleme, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs. 160 e 161, de autoria do Sr. Deputado Nelson Tureck, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 168, de autoria do Sr. Deputado Cesar Seleme, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 165, de autoria do Sr. Deputado Nelson Tureck, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 163, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. **Encaminhe-se na forma requerida.** Será encaminhado através da Secretaria competente.

Requerimento nº 137, de autoria do Sr. Deputado Nelson Tureck, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 169, de autoria do Sr. Deputado João Techy, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 151, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. **Retirado pelo Autor.**

Requerimento nº 153, de autoria do Sr. Deputado Péricles Mello, constante do expediente. **Retirado pelo Autor.**

Requerimento nº 166, de autoria do Sr. Deputado Irineu Colombo, constante do expediente. **Em Discussão.**

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Artigo 155, do Regimento Interno.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando para quinta-feira, dia 02, a Organização das Comissões; e para segunda-feira, dia 06, uma Sessão Ordinária, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA - das Proposições nºs. 106, 109, 111 a 119/94.

Levanta-se a sessão.

EDITAL DE CHAMAMENTO

COMISSÃO DE PROCESSO DISCIPLINAR

PORTARIA Nº 025/94-DG

O Presidente da Comissão de Processo Disciplinar, instituída pela Portaria nº 025/94, da Diretoria Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de

suas atribuições, considerando o disposto no art. 320, § 2º, da Lei 6.174/70, (Estatuto dos Funcionários Cíveis do Paraná), diante da impossibilidade de citação pessoal...

CITA e CHAMA a funcionária do Quadro da Secretaria da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná Cintia Aparecida Pulner, indicada em Processo Disciplinar por Infringência ao Art. 293, inciso V, letra "b", da Lei acima enumerada ABANDONO DE CARGO para apresentar defesa no prazo de

dez dias, a contar da última publicação do presente Edital de Chamamento, sendo-lhe facultada vista do processo, durante decorrência do prazo acima, na dependência onde funciona a Comissão de Processo Disciplinar (COORDENADORIA DE SELEÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL).

Publique-se, na forma da Lei.

Curitiba, de fevereiro de 1995.

(a) ANTONIO LOPES

Presidente da Comissão